

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS

MESTRADO DE POLÍTICA E GESTÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DIGITAL E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
NAS COMUNIDADES ASSISTIDAS PELO PROGRAMA CASA BRASIL NO DF**

Leonardo Cummings

Orientador: Marcelo Felipe Moreira Persegona

Dissertação de Mestrado

Brasília, dezembro 2014

CUMMINGS, Leonardo
Análise da Inclusão Digital e do Desenvolvimento Social nas
Comunidades Assistidas pelo Programa Casa Brasil no DF.
Leonardo Cummings.
Brasília, 2014.
82 pg.
Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento
Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.
1. Inclusão Digital. 2. Inclusão Social. 3. Tecnologia da
Informação e Comunicação. 4. Casa Brasil
I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos ou científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização escrita do autor.

Leonardo Cummings

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DIGITAL E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
NAS COMUNIDADES ASSISTIDAS PELO PROGRAMA CASA BRASIL NO DF.**

Leonardo Cummings

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Ciência e Tecnologia.

Aprovado por:

Marcelo Felipe Moreira Persegona, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável
– CDS/UnB)
(Orientador)

Isabel Teresa Gama Alves, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável –
CDS/UnB) (Examinadora Interna)

Marco Aurélio de Carvalho, Doutor (Examinador Externo)

Brasília, dezembro de 2014.

Dedico esta dissertação a Beatriz, e a meus filhos Ana Helena,
e Guilherme que são meu norte e que me ajudam a fazer
os meus dias cada vez melhores.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador Marcelo Felipe Moreira Persegona, pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa apesar de meus momentos difíceis, pela responsabilidade inabalável e pela paciência.

Agradeço ao CNPq, pela oportunidade dada a seus funcionários na busca de melhor qualificação, e em especial aos colegas do dia a dia na Coordenação, pela força e generosidade para que tivesse condições de desenvolver esta dissertação.

Agradeço em particular aos colegas de mestrado que criaram o melhor ambiente de estudo e levaram a criar uma grande família.

Agradeço à UNB por ter sido seu estudante, em especial, o empenho de nossos professores amigos, na busca de novos caminhos e novos incentivos e pela oportunidade de fazer parte deste grupo fora do comum.

RESUMO

Este estudo, como parte da formação no mestrado profissional, teve como objetivo apresentar uma análise das ações relacionadas à inclusão digital no país e em especial no Distrito Federal. O referencial teórico foi estruturado no campo da tecnologia da informação e comunicação (TIC), tendo como foco principal a implantação de unidades de inclusão digital e social em comunidades carentes social e digitalmente. Foi verificado que as diferenças sócio-culturais existentes entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas do país afetam o desempenho do processo de inclusão digital. O envolvimento da comunidade se torna o grande diferencial no processo de sustentabilidade das Unidades, independentemente das parcerias serem ONG, governo ou instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Inclusão Digital, Inclusão Social, Tecnologia da Informação e Comunicação, Casa Brasil.

ABSTRACT

This Masters of Science study had the objective to present an analysis of the actions related to digital inclusion in Brazil, especially in the Distrito Federal State. The theoretical framework was built with Information and Communication Technology (ICT) knowledge, focusing mainly on the implementation of units of digital and social inclusion in digitally deprived communities. It was verified that the existing socio-cultural differences between the more developed and less developed regions of the country affect the performance of the digital inclusion process. Community involvement becomes the significant factor in the sustainability of the process units, regardless of partnerships are NGOs, government or higher education institutions.

Keywords: Digital Inclusion, Social Inclusion, Information and Communications Technology, Casa Brazil.

“A ESSÊNCIA É A CONEXÃO DE PESSOAS COM PESSOAS”

A inclusão digital e o combate à exclusão social e econômica estão intimamente ligados, em uma sociedade onde cada vez mais o conhecimento é considerado riqueza e poder. Se há um consenso a respeito do que é inclusão digital é o de que o desenvolvimento socioeconômico e político deste início de século XXI passam também pelo domínio das chamadas TIC, tecnologias de informação e comunicação.

Manuel Castells, da Universidade da Califórnia, Berkeley - *A Galáxia da Internet* (2001, p 269)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	15
INTRODUÇÃO	16
1. INCLUSÃO DIGITAL	23
1.1 OBJETIVOS	23
1.2 METODOLOGIA	23
1.3 AS AÇÕES DE GOVERNO PARA INCLUSÃO DIGITAL	26
1.3.1 ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	27
1.3.2 TELECENTROS COMUNITÁRIOS	30
1.3.3 INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS	33
1.3.4 MASSIFICAÇÃO DE BANDA LARGA	34
2. PROGRAMA CASA BRASIL NO CNPq	35
2.1 EDITAIS	36
2.1.1 ORGANOGRAMA	37
2.1.2 ESTRUTURA DE UMA UNIDADE CASA BRASIL	48
2.2 GESTÃO DO PROJETO CASA BRASIL	49
2.3.2 GESTÃO DO PROGRAMA CASA BRASIL NO CNPq	52
2.4 – PROGRAMAS QUE INTERAGIRAM COM PROGRAMA CASA BRASIL	53
3. CASA BRASIL NO DF	55
3.1 AS UNIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL DO DF	55
4. PRINCIPAIS RESULTADOS	66
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	70
BIBLIOGRAFIA	74
SITES CONSULTADOS	76
DOCUMENTOS CONSULTADOS	78
Apêndice A - Relato de algumas situações acontecidas e encaminhadas à Gestão do Projeto	79
Apêndice B – Questionário de entrevista	81
Apêndice C – Dados quantitativos de acesso à Internet	82

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sala do Telecentro

56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceito de Ciência no Tempo	21
Quadro 2 – Cidades Pré-selecionadas pelo Edital 41/2005	39
Quadro 3 - Atividades Presenciais	51
Quadro 4 – Cursos de Capacitação à Distância	52
Quadro 5 – Atendimentos Consolidados por Módulo/Curso	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipos de Acesso à TIC por classe social	26
Gráfico 2 – Edital 41/2005 - Demanda por parceria	41
Gráfico 3 – Edital 41/2005 - Demanda por região	42
Gráfico 4 – Edital 41/2005 - Projetos aprovados por região	43
Gráfico 5 – Edital 41/2005 - Projetos aprovados por parceria	44
Gráfico 6 – Edital 49/2010 - Demanda por região	46
Gráfico 7 – Edital 49/2010 – Projetos aprovados por região	47
Gráfico 8 – Edital 41/2005 – Percentual de projetos bons / ótimos	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acesso às tecnologias de informação e Comunicação (TIC)	26
Tabela 2 – Edital 41/2005 - Demanda por parceria	41
Tabela 3 – Edital 41/2005 - Demanda por região	42
Tabela 4 – Edital 41/2005 - Projetos aprovados por região	43
Tabela 5 – Edital 41/2005 - Projetos aprovados por parceria	44
Tabela 6 – Edital 49/2010 – Demanda de projetos por região	46
Tabela 7 – Edital 49/2010 – Projetos aprovados por região	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ADAPTE	Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CATIS	Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social
CDTC	Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento
CGPCB	Comitê Gestor do Programa Casa Brasil
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPD	Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação
DF	Distrito Federal
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GESAC	Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INTI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Mbps	Mega Bits por segundo
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MC	Ministério das Comunicações
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MinC	Ministério da Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NIC.br	Núcleo de Informação do Ponto BR
ONID	Observatório Nacional de Inclusão Digital
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
REID	Rede de Extensão para Inclusão Digital
SECIS	Secretaria de Inclusão Social
TelecentrosBR	Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UID	Unidade de Inclusão Digital

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, foi intensificado o uso de tecnologias de informação e comunicação no Brasil, porém, de forma bastante desigual, restringindo-se às camadas sociais mais privilegiadas.

A proposta de inclusão digital e social veio por meio de iniciativas da sociedade civil, de Organizações Não Governamentais (ONG), escolas técnicas, de empresas públicas e privadas, com a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC), visando à inclusão da sociedade, principalmente, aquela excluída do processo econômico e social, dos benefícios gerados pela Ciência, Tecnologia e Inovação. Estas iniciativas geraram ações no sentido de viabilizar esta inclusão.

Uma dessas ações foi a implantação de unidades conhecidas como Oficinas para Inclusão Digital, em 2001, que é um evento organizado pelo Comitê Técnico de Inclusão Digital para promover o diálogo entre a sociedade civil organizada e os agentes governamentais atuantes na área de inclusão digital.

O programa de Governo, em 2002, tinha como proposta a democratização das TIC, incentivando a criação de mecanismos e políticas que permitissem o acesso aos avanços tecnológicos do setor de comunicações juntamente com o aprendizado a serviço da sociedade.

Com o tempo, verificou-se a necessidade de um melhor aproveitamento, qualidade e diversificação dos serviços existentes nos chamados Telecentros¹, bem como expandir a proposta de inclusão digital e social, aproveitando-se de programas sociais e governamentais, visto que a inclusão digital é uma questão de cidadania na sociedade do conhecimento.

A inclusão digital na esfera governamental teve como base a implantação em instituições de ensino, com o intuito de ensino de informática e a familiarização do acesso à informação por intermédio da rede mundial – Internet.

Verificou-se que esta inclusão ficava restrita somente às unidades educacionais que tinham maiores recursos e pessoal com qualificação mínima para a gestão do sistema,

¹ Telecentro é um centro de acesso público onde se oferece serviços de comunicação e se utilizam as TIC para as necessidades da comunidade. Os Telecentros não se restringem a salas com computadores, mas podem congregam várias outras mídias digitais, como vídeo, som e fotografia.

ficando de fora as comunidades carentes de pessoal ou de recursos, normalmente localizados em áreas de exclusão social.

Outra tentativa surgiu com a participação de instituições como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás etc., que decidiram implantar Telecentros em alguns locais escolhidos pela comunidade, porém, estas unidades não contavam com instrutores ou monitores que pudessem dar um direcionamento aos usuários, fazendo com que estas unidades acabassem se tornando meros locais de acesso à Internet principalmente para jogos.

Com a implantação dos Fundos Setoriais², foram agregados novos recursos financeiros e novas ações no âmbito da Ciência e Tecnologia, dentre elas a de Inclusão Digital e Social.

Em 2006, o Programa detalhava que a compreensão da inclusão digital seria implantada como uma estratégia de desenvolvimento e aprofundamento da democracia, visto que em suas diretrizes havia a proposta de ampliação da oferta de equipamentos e da infraestrutura de conectividade, integrando as iniciativas de inclusão digital às políticas sociais.

Em 2005 e 2009, duas orientações foram emitidas, uma para reunir sob uma única coordenação todos os programas de inclusão digital e a segunda no sentido de definir um Plano de Inclusão Digital Nacional, que acabaram por resultar em diversos programas e projetos. Estes programas e projetos foram divididos em quatro eixos de ações que serão detalhados posteriormente:

1. Telecentros Comunitários.
2. Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação.
3. Inclusão Digital nas Escolas.
4. Massificação da Banda Larga.

² Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, criados a partir de 1999, são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. As receitas dos Fundos são oriundas de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados de certos setores e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos/transferência de tecnologia do exterior. Os recursos dos Fundos Setoriais, em geral, são aplicados em projetos selecionados por meio de chamadas públicas, publicadas nos portais da FINEP e do CNPq.

Com a proposta de implantação dos centros de inclusão digital e social, mais complexos, ou seja, com uma maior diversidade de atividades ligadas à inclusão digital, cultural e social, com o propósito de complementar ações não cobertas pelos Telecentros, que eram basicamente computadores ligados à Internet, foi delineado um projeto para a implantação de um Programa Nacional de Inclusão Digital, nominado Programa Casa Brasil, com o envolvimento de diversas instituições públicas, incluindo o MCT, por intermédio do CNPq, que previa a implantação de unidades de inclusão digital e social em comunidades carentes econômica e socialmente.

Para tanto, foi lançado um Edital, 041\2005, em 2005 pelo CNPq, com o intuito de implantar 90 unidades de Inclusão Digital e Social em comunidades carentes, com normas e critérios pré-definidos, sendo este considerado como fase teste.

A proposta era de apoiar as Unidades, com recursos públicos, no sentido de não só proporcionar o acesso aos produtos da Internet, mas visando à inclusão digital e social por intermédio de cursos de informática, manutenção de computadores, de ciência básica, cursos de multimídia, além de outras ações de cunho educacional e cultural.

Neste contexto, foi implantado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia/Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCT/SECIS/CNPq), o Projeto Casa Brasil, oriundo de uma proposta de inclusão digital e social do governo federal e de um grupo de instituições públicas e privadas, tendo sido concebido e aprovado por decreto presidencial de 10 de março de 2005, no âmbito da Casa Civil, que instituiu o Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil – CGPCB e pretendia ser um instrumento político para a promoção da inclusão social a partir da inclusão digital.

A gestão financeira do Casa Brasil pelo CNPq não havia sido cogitada à época da concepção do Programa, pois acreditava-se que ele não teria o perfil adequado, porém, o CNPq possuía facilidades operacionais financeiras para concessão de bolsas e relativa facilidade para aplicação de recursos a fundo perdido, a título de pesquisa o que acabou por envolvê-lo no programa, após muitas negociações e articulações políticas.

A caracterização do Programa Casa Brasil como um projeto de pesquisa em extensão universitária foi primordial, visto que no projeto seriam dadas bolsas para pesquisadores, inclusive sem formação acadêmica e, por intermédio de uma norma específica criada para bolsas de extensão e fomento tecnológico que poderiam permitir bolsistas com experiência, mas sem formação superior.

Com o suporte de uma Coordenação Nacional e com o envolvimento de técnicos especializados em software livre, o Casa Brasil teve sua implantação e seguimento por quatro anos com aportes adicionais de recursos dos Ministérios das Comunicações, da Cultura e do Planejamento e Orçamento.

Tendo sido concluída a fase teste do Programa Casa Brasil, foi proposta uma nova estrutura por meio de um novo Edital, (49/2010) nominado Rede de Extensão para Inclusão Digital (REID), no qual estava proposta a obrigatoriedade do envolvimento de Instituições de ensino superior, não somente nas áreas de tecnologia digital, mas das áreas de ação social com docentes com competência e experiência em extensionismo, qual seja, sua interação com a sociedade para reforçar sua formação com os problemas que surgem no dia a dia bem como para situar-se historicamente, identificando-se culturalmente e buscando soluções para os problemas surgidos.

O Programa REID foi concebido para ter como objetivo a estruturação de uma Rede de Extensão Universitária de abrangência nacional para apoiar programas, projetos e ações contínuas de pesquisa e extensão, constituídas em rede de cooperação social, científica e tecnológica para intervenção local, a partir do mapeamento e caracterização dos territórios em áreas de micro e macro vulnerabilidades social.

Esta estrutura proposta acabou por não ter prosseguimento por falta de interesse político e também pela evolução dos celulares, smarthphones e tablets bem como a facilidade de contratação de serviços de banda larga e wi-fi.

REFERENCIAL TEÓRICO E ANALÍTICO

Todos os conceitos apresentados para definir a inclusão digital mostram que esta ação está sempre vinculada às políticas públicas e também não pode ser analisada desvinculada da ciência, da tecnologia, da inovação e sem dúvida nenhuma da inclusão social.

Portanto, algumas definições serão apresentadas com o intuito de tentar se aproximar das propostas atuais de Inclusão Digital, que são atreladas a estes conceitos tanto na visão técnica como sociológica.

CONCEITOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Podemos inferir que as definições de ciência e tecnologia e inovação estão associadas ao conhecimento, sua geração e a manutenção da base de conhecimentos científicos e suas aplicações para a sociedade.

Como o conceito dominante da ciência tende a ser internacional, todas as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), as quais esse conceito suscita são internacionais.

Ciência de uma maneira geral pode ser vista como: (SÁENZ e CAPOTE, 2002, p. 5)

A ciência é uma atividade dirigida à aquisição de novos conhecimentos sobre a natureza, a sociedade e o pensamento, que inclui todas as condições e elementos necessários para isso: os cientistas, com seus conhecimentos e capacidades, qualificação e experiência; a divisão e a cooperação no trabalho científico; as instituições científicas, com seus conhecimentos; os métodos do trabalho de pesquisa científica, o aparato conceitual e de categorias e o sistema de informação científica, assim como toda a soma dos conhecimentos existentes, que constituem a premissa, o meio ou o resultado da produção científica.

Para VELHO(2011, p.133), a ciência pode ser analisada pelo que se denominou de Paradigmas da Política de CTI, sejam: Ciência como Motor do Progresso; Ciência como Solução e Causa de Problemas; Ciência como Fonte de Oportunidade Estratégica e, Ciência para o Bem da Sociedade, portanto, a ciência é mutável de acordo com o período analisado, aqui apresentados de maneira esquemática no quadro consolidado destes paradigmas.

Período Paradigma	Concepção da Ciência	Quem Produz Conhecimento	Relação CTI e Sociedade	Racionalidade e Foco da Política de CTI	Análise e Avaliação
Pós-Guerra até início dos anos 60 “Ciência como Motor do Progresso”	Histórica e Socialmente Neutra Universal Lógica interna própria	Os cientistas (República da Ciência)	Linear <i>science push</i>	Fortalecimento da capacidade de pesquisa Ofertismo Foco na Política Científica	Indicadores de <i>Input</i> Revisão por pares
Décadas de 60 e 70 “Ciência como Solução de Problemas” e “Causa de Problemas”	Neutra mas controlada Debates sobre a neutralidade da Ciência	Os cientistas (são direcionados e colocados em contato com a demanda)	Linear <i>demand pull</i>	Identificação de prioridades Vinculacionismo Foco na Política Tecnológica	Indicadores de <i>output</i> Revisão por pares Estudos
Décadas de 80 e 90 “Ciência como Fonte de Oportunidade Estratégica”	Socialmente Construída Relativismo <i>Science Wars</i>	Cientistas e engenheiros, diretamente influenciados por uma complexa rede de atores e interesses	Modelos Interativos Conhecimento Tácito Integra oferta e demanda <i>lock-in</i>	Programas estratégicos Pesquisa colaborativa “Parcerismo” Foco na Política de Inovação	Revisão por pares ampliada Análise de Impactos Programas <i>Foresight</i>
Século XXI “Ciência para o Bem da Sociedade”	Construtivismo Moderado Estilos Nacionais Conhecimento local	Rede de Atores Diversidade de Configurações Evento-dependente	Modelos Interativos Escolha social <i>Sem lock-in</i>	Coordenação e Gestão Base científica Independente Foco na Política de Bem - Estar	Participação pública Sistemas Construção de Cenários Avaliação ex-ante

Quadro 1 – Conceito de Ciência no Tempo

Fonte: VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 26, jan./abr. 2011, p.134-135.**

O quadro esboça a associação do conceito de ciência com o período político e com a relação existente entre CTI e a sociedade no que tange as necessidades naquele momento.

O binômio tecnologia/inovação é analisado sob uma ótica mais técnica onde a tecnologia é o conjunto dos conhecimentos científicos aplicados para a produção de bens, sendo a inovação a aplicação destes bens em prol da sociedade.

Ainda em SAENZ e CAPOTE (2002, p. 47), tecnologia pode ser definida como um conjunto de conhecimentos:

Tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos, de habilidades, experiências e organização requeridos para produzir, distribuir, comercializar e utilizar bens e serviços. Incluindo tanto conhecimentos teóricos como práticos, meios físicos, *know how*, métodos e procedimentos produtivos, gerenciais e organizacionais, entre outros.

Para FREEMAN e SOETE (1997, p. 4):

Em termos estritos, tecnologia é - a própria palavra sugere - simplesmente um corpo de conhecimentos a cerca de técnicas. Tecnologia é frequentemente, contudo, utilizada com o sentido de abranger tanto conhecimento como a incorporação desse conhecimento em algum sistema operacional tangível que utiliza equipamentos físicos de produção.

Para ROCHA (1996, p. 131), tecnologia pode ser considerada como sendo o:

(...) conhecimento organizado e sistematicamente aplicado à produção de bens e serviços e aos seus processos.

O conceito de tecnologia/ inovação depende principalmente da sua aplicabilidade, sendo que podemos considerar que inovação é o resultado prático e com sucesso de novas idéias, baseadas no conhecimento científico com aplicabilidade prática. Diversos autores subdividem a inovação tecnológica em inovação de produto e de processo e também como incremental ou radical.

Portanto, podemos dizer que o conceito de inovação é bastante variado, dependendo principalmente da sua aplicação. Podemos considerar que inovação é a exploração com sucesso de novas idéias. As inovações de produto ou de processo são conhecidas como inovações tecnológicas, onde a inovação de produto expressa as modificações dos atributos do produto e na forma de percepção dos consumidores, enquanto a inovação de processo são as alterações no processo de produção que vem produzir benefícios no processo de produção com o intuito de reduzir os custos e aumentar a produtividade.

As inovações podem ser ainda de caráter incremental, quando se referem a melhorias em um produto, processo ou de organização dentro de uma empresa e radical quando apresenta um novo paradigma ao mercado, como a introdução de um novo produto ou processo, ou modificando o modelo de negócios vigente.

JUSTIFICATIVA

Com a atual modernização tecnológica, é indispensável levar a toda a população o conhecimento, as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e integrar as iniciativas de inclusão digital às políticas de inclusão social.

Este estudo se justifica por considerar a proposta de inclusão digital juntamente com o desenvolvimento social, pois a implantação de condições para inclusão digital monitorada com apoio de técnicos com cursos voltados para a inclusão digital, certamente levará à melhoria da qualidade de vida das camadas sociais menos atendidas, por intermédio de ações facilitadoras ao acesso e a construção do conhecimento, com a utilização de tecnologias voltadas para o dia a dia. Justifica-se também, por ser o CNPq o grande gestor das ações relacionadas à Inclusão Digital e Social no país, por meio de diversos programas, tais como, TelecentrosBR, *Startup*, sendo que para melhoria do papel de gestor há a necessidade de melhoria no processo de respostas, sejam elas por intermédio de relatórios, consultas aos usuários e mesmo por meio de visitas *in loco* no intuito de resgatar informações não somente dos resultados, mas sobre os problemas e soluções tomadas para o atingimento das metas propostas.

1. INCLUSÃO DIGITAL

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura acerca das concepções teóricas sobre inclusão digital e tecnologia da informação e comunicação e sobre estudos realizados visando a minimização da exclusão digital na sociedade.

1.1. OBJETIVOS

O objetivo principal desta pesquisa é o de analisar as ações na área de Inclusão Digital e os resultados decorrentes do Programa Casa Brasil do ponto de vista social e da apropriação do conhecimento científico e tecnológico visando a melhoria da inclusão digital e social. O foco principal é das unidades no Distrito Federal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1- Analisar e consolidar os dados coletados em algumas UID com vistas à apresentação de propostas para implementação de um Programa Nacional de Inclusão Digital e Social permanente com a participação de diversos atores, levando-se em conta a diversidade cultural e social. (diagnóstico).

2 – Apresentar os diversos programas de inclusão digital visando a cooperação entre eles para o melhor aproveitamento dos recursos.

1.2. METODOLOGIA

O desenvolvimento do tema escolhido será possível a partir da técnica de pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa em revistas e artigos especializados obtidos em sites da internet. A pesquisa documental será feita por meio dos relatórios das unidades e da Coordenação Nacional do programa.

Será também utilizada a plataforma Carlos Chagas do CNPq que contém outros dados sobre os projetos, entre eles as cidades, as entidades parceiras, bem como dados sobre bolsas e continuidade dos projetos.

INCLUSÃO DIGITAL, DESIGUALDADE SOCIAL E EXCLUSÃO DIGITAL

Ao iniciar esta pesquisa, surgiu a necessidade da apresentação de alguns conceitos de diversos autores, os quais foram selecionados e apresentados a seguir.

Inclusão Digital ou Infoinclusão é a democratização do acesso às tecnologias a informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. (MENDES, 2010, artigo, p s/n.).

Quando se fala de Inclusão Digital, o foco principal é o acesso à Internet, bem como seu uso, exclusão digital não pode ser dissociada do acesso a essas outras tecnologias da comunicação, com as quais tem várias complementaridades e, até mesmo, tendências à convergência. (SORJ, 2003, p. 59).

O termo exclusão digital pode ter uma gama bastante extensa de definições, porém, iremos apresentar algumas definições de autores considerados da área. Uma definição mínima seria o acesso ao computador, tablete, smartphones, e aos conhecimentos básicos para utilizá-los.

As medidas de universalização do acesso e uso intensivo de tecnologia da informação contra a miséria, não devem ser adotadas em descompasso com as políticas tecnológicas e de autonomia coletiva dos segmentos socialmente excluídos, sob pena de tornar as políticas de inclusão em mais uma forma de expansão dos mercados e de consolidação de monopólios informacionais. (SILVEIRA, 2005, p.421)

A exclusão digital representa uma dimensão da desigualdade social: ela mede a distância relativa do acesso a produtos, serviços e benefícios das novas tecnologias da informação e da comunicação entre diferentes segmentos da população (SORJ, 2003, p.61).

Nesse sentido, é preciso considerar que a exclusão digital é dinâmica: os parâmetros são modificados a cada inovação tecnológica. (SORJ, 2003, p. 64).

Estar conectado ou desconectado remete à compreensão do fenômeno da exclusão digital, refere-se ao acesso desigual aos meios de informação e comunicação – rádio, televisão, Internet, celular, tablets, livros, e também à capacidade do usuário de se apropriar das potencialidades oferecidas pelos meios de comunicação e informação.

Estudos recentes (2013/14) do Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC.br) e Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), demonstram que mais da metade dos brasileiros, 51%, acessou a internet nos últimos três meses em locais públicos, de casa ou do trabalho, mas ao mesmo tempo identificou que na faixa renda familiar de até dois salários mínimos, totalizando vinte e quatro milhões de domicílios, não possuem conexão à Internet.

Já a utilização do celular soma uma população de cento e quarenta e três milhões de usuários, porém, o acesso móvel à Internet tem uma disparidade marcante quando analisadas sob a ótica das classes sociais, seria a exclusão social das classes menos favorecidas. O mesmo estudo analisou quanto ao uso do computador com relação às diferenças de classe social e local de moradia. A tabela e o gráfico abaixo dão uma visão comparativa deste estudo.

Tabela 1 - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Classe Social	Acesso à Internet fixa(%)	Uso de Celular (%)	Internet móvel (%)	Uso do Computador (%)
A	98	85	69	98
B	78	85	48	86
C	49	85	29	46
D e E	17	69	11	10

Fonte: CETIC.br e NIC.br- Pesquisa realizada entre 09/2013 e 02/2014

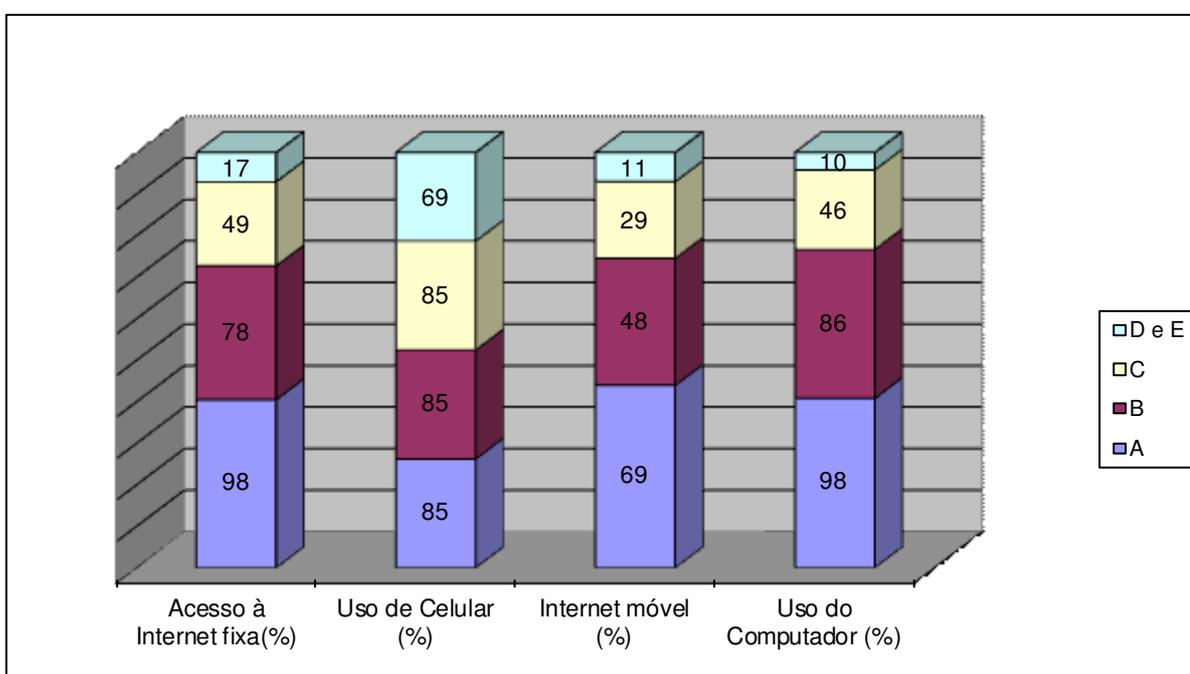


Gráfico 1 - Tipos de Acesso à TIC por Classe Social

Fonte: CETIC.br e NIC.br- Pesquisa realizada entre 09/2013 e 02/2014

Quatro pressupostos para consolidação de uma política pública de inclusão digital (SILVEIRA, 2005, p. 431):

- reconhecimento que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano local e nacional;
- mercado não irá incluir na era da informação os extratos pobres e desprovidos de dinheiro, pois a alfabetização digital dependerá de uma ação do Estado para ser ampla e universalista;

- velocidade da inclusão digital é decisiva para que a sociedade tenha quadros em número suficiente para o desenvolvimento e também para adquirir capacidade de gerar inovações e,
- trata-se de uma questão de cidadania que a liberdade de expressão e o direito de se comunicar não podem existir apenas para a minoria que tem acesso à comunicação em rede.

1.3 AS AÇÕES DE GOVERNO PARA A INCLUSÃO DIGITAL

A temática de inclusão digital tornou-se foco de diversas ações em instituições públicas, privadas e do terceiro setor e das políticas públicas nacionais. O tema está contido em políticas públicas governamentais desde a publicação do decreto 3.294 em 15 de dezembro de 1990 que instituiu o “Programa Sociedade da Informação”, com o objetivo de viabilizar a nova geração da Internet e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira.

De acordo com documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Governo Federal tem feito grandes esforços para ampliar o acesso da população às tecnologias da informação e comunicação por meio de vários ministérios e entidades vinculadas. Para um maior controle, os projetos de inclusão digital foram divididos em quatro eixos:

1. Acesso às tecnologias de informação e comunicação.
2. Telecentros Comunitários.
3. Inclusão Digital nas Escolas.
4. Massificação da Banda Larga.

Diversos instrumentos legais foram criados visando à inclusão digital, onde a participação é feita por meio de instâncias de diálogo com a sociedade civil, sendo as principais, o Fórum Brasil Conectado, as oficinas para Inclusão Digital e também por meio de audiências públicas.

Diversos Programas, Projetos e Centros foram criados, sendo que alguns consideramos mais importantes quando utilizamos os critérios de impacto social, de universalidade e de acessibilidade, que aqui serão apresentados de forma resumida.

1.3.1 Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

- Computador para Todos

O projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, instituído por meio do decreto nº 5542/2005, de 20 de setembro de 2005 em articulação do Governo Federal em conjunto com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), possibilita à população adquirir equipamento de qualidade, com sistema operacional e aplicativos em software livre e acesso a internet.

Objetivos:

- Ampliar a inclusão digital, oferecendo à população acesso facilitado ao computador.
- Oferecer suporte técnico para a solução de problemas de hardware e uso de aplicativos.
- Desenvolver a cadeia produtiva de informática.

A meta principal foi a da facilidade da compra dos computadores pela população, a preços acessíveis no comércio varejista. Para tanto o Governo Federal reduziu as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e criou linhas de financiamento no BNDES (recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador / FAT) para a rede varejista, por meio do Programa de Financiamento Cidadão Conectado. Para tanto, o computador financiado pelo Projeto não poderia custar mais que R\$1,4 mil ao consumidor.

Com resultados expressivos, de seu início em 2005 a junho de 2010, foram realizadas sessenta e duas operações de crédito para a rede varejista que resultaram em investimento total de R\$ 348,6 milhões (a valores de junho de 2010- IPCA). Em 2009 foram comercializados 11,3 milhões de computadores, quase três vezes mais que em 2004. (Dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica)

- Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento

O Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) foi criado em 2006, para a implantação do plano nacional de software aberto, não proprietário e de código fonte

aberto. O Projeto CDTC visa a promoção e o desenvolvimento de ações que incentivem a disseminação de soluções que utilizem padrões abertos e não proprietários de tecnologia, em proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira.

Baseado em produtos livres, tendo sua gestão no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Este projeto viabiliza instrumental único para várias iniciativas do Governo, sendo elas: Casa Brasil, TelecentrosBR, Pontos de Cultura, Rede Nacional de Formação Digital, Inclusão Digital via Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), Telecentros Comunitários e Inclusão Digital nas Escolas, com livre acesso ao CDTC para formação e qualificação de professores, alunos e monitores, junto com a UnB, como parceira na concretização das ações, visto ser a pioneira junto as Universidades Federais a utilizar o software livre.

- Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)

Criado em 2002 e coordenado pelo Ministério das Comunicações (MC) por meio do Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital, o Programa GESAC oferece conexão de internet via satélite nos pontos de presença do GESAC, que podem ser escolas públicas, Telecentros ou unidades militares, como objetivo promover a inclusão digital em todo o território brasileiro, permitindo acesso a um conjunto de serviços digitais em locais remotos.

O Programa em atividade até o presente, é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, ou seja, que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em todos os estados brasileiros, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. Por meio dele, é disponibilizada a infraestrutura fundamental para a expansão de uma rede. Suas diretrizes principais são de promover a inclusão digital e sua universalização, apoiar os órgãos governamentais em ações do Governo Eletrônico, incentivar o uso do software livre, bem como apoiar o desenvolvimento de projetos comunitários e redes de conhecimento.

- Promover a inclusão digital;
- Ampliar o provimento de acesso à Internet em banda larga para instituições públicas;
- Apoiar órgãos governamentais em ações de governo eletrônico;
- Contribuir para a universalização do acesso à Internet;

- Fomentar o desenvolvimento de projetos comunitários e a formação de redes de conhecimento;
- Incentivar o uso de software livre;
- Apoiar o desenvolvimento das comunidades beneficiadas; e
- Apoiar comunidades em estado de vulnerabilidade social.

Em 2004 o programa atingiu a meta de instalação e operação de três mil e duzentos pontos de presença com acesso a uma cesta de serviços de TIC tais como e-mail, espaço para hospedagem de páginas da comunidade, além de serviços que viessem a incentivar o conhecimento em Redes Solidárias do Conhecimento e suporte técnico.

Em agosto de 2008 com a publicação da NORMA GERAL pela Portaria Nº 483, os recursos e serviços disponibilizados em razão do Programa GESAC, passaram a ter os seguintes objetivos:

- Disponibilizar conectividade em banda larga à Internet para iniciativas de inclusão digital, educação e governo eletrônico;
- Disponibilizar a plataforma multisserviço do Programa GESAC para apoiar ações de inclusão digital, especialmente nos Telecentros;
- Apoiar as iniciativas de governo voltadas para o desenvolvimento de serviços a distância: Telemedicina, Telessaúde e Educação a Distância, entre outros;
- Atender a todos os municípios brasileiros; e
- Ampliar a oferta de Pontos GESAC.

Em 2010, o programa ampliou sua meta, atuando em mais de quatro mil e setecentos e cinquenta municípios, com cerca de onze mil Pontos de Presença em funcionamento (ADMPP-DESID / Gesac, jan./2010),

Em 2013, o programa se propôs a ampliar seu escopo, tendo o Ministério das Comunicações publicado um edital para triplicar os pontos de conexão. O número de conexões aumentou de treze mil e trezentos e setenta e nove pontos para cerca de vinte e nove mil pontos de conexão. Uma novidade foi a adesão do Ministério da Saúde ao

programa, conectando cerca de treze mil unidades de saúde em todo o País. (Ministério das Comunicações, 2013).

1.3 2 Telecentros Comunitários

- Os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs)

Os CRCs são parte do projeto Computadores para Inclusão que consiste numa rede de reaproveitamento de equipamentos de informática, formação profissional e inclusão digital. Foi iniciado em 2006 com uma coordenação nacional composta de diversos ministérios, empresas públicas e organizações da sociedade civil.

Seus objetivos principais são:

- Formar uma rede nacional de recondicionamento de computadores, contribuindo para a formação profissional e a inclusão social.
- Apoiar e viabilizar iniciativas de promoção da inclusão digital por intermédio da doação de equipamentos recondicionados a telecentros comunitários, escolas públicas e outras ações estratégicas.
- Colaborar para a redução dos impactos ambientais devido ao descarte dos equipamentos de informática inadequadamente.

Do início do programa em 2006, até 2014, já foram formados três mil e novecentos jovens das comunidades de baixa renda, sendo que muitos deles foram aproveitados pelo mercado de trabalho conseguindo seus primeiros empregos.

Desde 2005, o programa recondicionou treze mil e oitocentos computadores. (Ministério das Comunicações, fev./2014)

- Observatório Nacional de Inclusão Digital

O Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com a sociedade civil que atua na coleta, na sistematização, na implementação, manutenção e o aperfeiçoamento de projetos com o intuito de disponibilizar informações para o acompanhamento e avaliação das ações de Inclusão Digital no País.

Dentre seus objetivos principais podemos destacar:

- Apoiar a elaboração, a implementação, a manutenção e o aperfeiçoamento dos projetos e ações de inclusão digital.
- Articular e avaliar os projetos e ações de inclusão digital.
- Criar mecanismos de avaliação e acompanhamento visando ao aperfeiçoamento das políticas e iniciativas de inclusão digital.

Sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações, através de sua Secretaria de Inclusão Digital, disponibiliza à sociedade informações detalhadas sobre os Telecentros existentes em todo o País. Apesar do vínculo com entidades do governo, o observatório busca independência por meio de diversas esferas da sociedade que fazem parte de seus conselhos e o mantem.

- Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (TelecentrosBR)

O Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR), com uma coordenação geral composta pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Inovação, das Comunicações e do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo por objetivo principal desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil que possibilitem a implantação o funcionamento e a manutenção, em larga escala, de telecentros públicos e comunitários mediante a oferta de formação e de bolsas para monitores.

Atualmente, existem sete mil e setecentos e setenta e cinco telecentros em funcionamento em todo o Brasil, instalados por meio de parceria entre ministérios, prefeituras e entidades que são responsáveis pela manutenção dos mesmos. (Ministério das Comunicações, fev./2014)

- Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital

A Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital iniciada em agosto de 2010, vem complementar as ações dos TelecentrosBR, oferecendo um conjunto de atividades de qualificação que possibilitem a formação continuada, em larga escala, de agentes de inclusão digital e a jovens monitores dos telecentros, devendo propiciar o desenvolvimento de um conjunto de competências individuais, sintetizado pela habilidade de usar as

tecnologias de informação e da comunicação como ferramentas para alavancar transformações sociais na comunidade onde estes agentes de inclusão e monitores estão inseridos.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, em 2010, havia a previsão de formação de oito mil monitores bolsistas para os TelecentrosBr e dois mil monitores para atuação em espaços apoiados pela Rede.

- Kit Telecentro

O Kit Telecentro é destinado a prefeituras com o objetivo de instalar telecentros em todos os municípios do País, em espaços públicos, prioritariamente em bibliotecas públicas municipais, comunidades quilombolas, extrativistas e indígenas e assentamentos rurais, promovendo o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e conhecimentos, contribuindo para inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Como resultado 98% dos municípios brasileiros foram contemplados com pelo menos um Telecentro comunitário, para modernização de suas bibliotecas públicas. (MCTI, 2010)

- Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social (CATIS)

Os Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social é um projeto do Programa de Inclusão Digital do MCTI que teve início em 2008, e são polos tecnológicos localizados, preferencialmente, nas unidades de ensino, nas bibliotecas públicas e em locais para atendimento ao público menos favorecido, com o intuito de difundir a ciência e a tecnologia, capacitar comunidades dos meios urbanos e rurais na prática básica das técnicas computacionais visando o aperfeiçoamento da qualificação profissional e realizar cursos profissionalizantes à distância em parceria com universidades e institutos de pesquisa. Uma das principais metas previstas até 2010 neste programa, a implantação de seiscentos telecentros conectados e com acessibilidade foi superada, foram seiscentos e trinta e três telecentros, o que representou uma importante ação com vista à inclusão digital. No ano de 2008, trezentos e trinta e um projetos de inclusão digital foram empenhados. (MCT, 2010)

- Cidade Digital para Convergência Social

O conceito de Cidade Digital consiste na implementação de uma infraestrutura de rede digital e de facilidades computacionais para prover redes e sistemas para uso local, com três configurações básicas: governo eletrônico, inclusão digital e convergência social.

A implantação da Cidade Digital possibilita a interação dos órgãos responsáveis, das secretarias municipais e das prefeituras com as áreas de educação, saúde, segurança, finanças, inclusão digital e gestão municipal.

- Territórios Digitais

O Programa coordena política de inclusão digital, com o envolvimento de diferentes órgãos públicos na implementação de telecentros em comunidades rurais, em espaços públicos e gratuitos, com acesso a computadores e internet banda larga, bem como, a capacitação dos usuários.

Os resultados demonstram a implementação de cento e oito telecentros nos territórios de cidadania.

1.3.3 Inclusão Digital nas Escolas

O Governo Federal vem desenvolvendo e implementando, desde 2003, os projetos de tecnologia educacional e de educação a distância, sendo os em atividade atualmente os seguintes:

- Proinfodata – Sistema de monitoramento e de avaliação do uso dos computadores do ProInfo já instalados nas escolas.

- e-ProInfo – Plataforma de Educação a Distância (AVA) do MEC. Está sendo reformulada, com novas funções e layout.

- Portal Domínio Público – Em processo de reformulação (parceria MEC, PR, MinC, MCTI e MS), com vistas a servir de base para a integração dos acervos de conteúdos virtuais interativos que serão disponibilizados via Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

- Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) - Trata-se de um programa de tecnologia educacional voltado para a inclusão digital, por meio da distribuição e da instalação dos laboratórios de informática em escolas públicas de educação básica e nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de todo o País. O objetivo principal é o de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e de telecomunicações.

1.3.4. Massificação da Banda Larga

- Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

O Programa Nacional de Banda Larga foi criado pelo Decreto nº 7175, de 12 de maio de 2010. O objetivo do Programa é expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. A meta é proporcionar o acesso à banda larga a 40 milhões de domicílios brasileiros até 2014 à velocidade de no mínimo 1 Mbps.

2 - PROGRAMA CASA BRASIL NO CNPQ

O Programa Casa Brasil foi idealizado em 2003 e articula esforços de diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais brasileiras visando à construção de espaços públicos onde pessoas podem utilizar computadores, a Internet e outras tecnologias digitais.

O Programa Casa Brasil foi uma proposta do Governo Federal que teve como principal objetivo a redução da desigualdade social em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³, criando nestes locais um espaço que privilegia a formação e a capacitação tecnológica aliada à cultura, entretenimento e a participação popular, sempre apoiada pela comunidade local por meio de sua produção cultural e com isto, superar os conceitos de inclusão digital.

O Programa Casa Brasil fez parte de uma série de programas do Governo Brasileiro visando à inclusão digital, a democratização do acesso às tecnologias da Informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação tendo surgido na Casa Civil visando consolidar os programas existentes em diversas empresas e órgãos do governo e ao mesmo tempo configurar o programa com a cara do governo na área de inclusão digital cuja meta era a de implantar mil unidades de inclusão digital em comunidades carentes em todo o Brasil, permanecendo em atividade até 2012.

A primeira unidade do Programa Casa Brasil foi inaugurada no final de 2004 em uma parceria da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), Banco do Nordeste e Governo Federal, na cidade de Valente na Bahia.

Ainda em 2004, em uma parceria entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Petrobrás e Rede de Informação do Terceiro Setor, foram implementadas cinquenta unidades do Casa Brasil, que possuíam o módulo Telecentro e o módulo Sala de Leitura. Somando-se a essa parceria a Prefeitura de Itajaí inaugurou em 2005 a primeira da parceria Rits/ITI/Petrobrás.

³ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo).

2.1 EDITAIS

Em 2005, nasce a versão no CNPq do Programa Casa Brasil, nominada Projeto Casa Brasil, ou somente Casa Brasil, que viria a apoiar noventa unidades de uma demanda de cento e oitenta e oito projetos em todo o país, em todas as capitais e mais algumas cidades do interior dos estados, que contariam com todos os módulos descritos no referencial teórico do Edital, para montagem das unidades.

Os objetivos gerais do Casa Brasil visavam promover a emancipação dos cidadãos proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas, conteúdos e saberes da Sociedade do Conhecimento por intermédio das tecnologias da informação e comunicação, trabalhar para a redução da desigualdade social, viabilizar a apropriação autônoma e livre de novas tecnologias, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas, popularizar a ciência, promover a inclusão digital e preparação para o mercado de trabalho.

O Casa Brasil não pretendia levar somente a tecnologia de informação e comunicação, por meio do uso de computadores e acesso à internet, mas sim, permitir que a comunidade se apropriasse do espaço da unidade, transformando-a em uma referência cultural do local onde funcionaria, dando aos cidadãos a liberdade de decidir os rumos das atividades que seriam ali desenvolvidas e oferecidas, por meio do Comitê Gestor Local que zelaria pela boa utilização do espaço pela comunidade.

O foco principal do Casa Brasil é a inserção crítica na sociedade da informação, privilegiando grandes linhas como: desmistificação das tecnologias, compartilhamento do conhecimento e democratização das comunicações. Nas unidades, as ações foram dirigidas para as seguintes linhas: comunicação comunitária, governo eletrônico, educação ambiental, economia solidária, cultura livre, cultura local, alfabetização e leitura e software livre.

Para a consecução destes objetivos foi fundamental investir esforços na capacitação de equipes de profissionais que trabalhariam no projeto, tanto na Coordenação Nacional como nas Unidades de Inclusão Digital, pois esta é a chave para o sucesso de muitos projetos, pois as pessoas são inseridas no centro do processo.

Este treinamento aconteceu por meio de atividades nacionais presenciais, iniciando-se em novembro de 2005, em Brasília, com a participação dos bolsistas de todas as Unidades Casa Brasil que já tinham iniciado suas atividades, com o intuito de tomar conhecimento das atividades do projeto e instruções sobre os marcos legais, objetivos geral

e específico do Projeto, o plano de atendimento, os recursos disponíveis sua utilização e prestação de contas e as formas de avaliação e análise das atividades e da UID.

No primeiro ano de funcionamento, o CNPq contribuiu para a capacitação continuada da equipe ofertando bolsas específicas para as funções previamente definidas para o funcionamento das UID e detalhadas nos documentos do projeto, tanto na coordenação nacional como para todos os módulos da Unidade de Inclusão Digital.

Coube a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (SECIS/MCT), a gestão e acompanhamento dos projetos deste programa, juntamente com uma equipe de apoio nacional. Como órgão de gestão e acompanhamento dos Projetos e Bolsas, o CNPq foi designado Gestor deste Programa.

2.1.1 Organograma

- Dois Comitês (Gestor e Executivo) e uma Secretaria Executiva eram responsáveis pela gestão, acompanhamento, implementação e desempenho do projeto. Esses comitês continham representantes da Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Coordenação Nacional do Projeto Casa Brasil foi responsável pela operacionalização das ações de implantação e desenvolvimento do projeto. As Unidades contavam cada uma, com um Parceiro Estratégico que abrigaria a Unidade de Inclusão Digital e garantiria o seu funcionamento por um período mínimo de três anos. As unidades foram selecionadas por Edital (CNPq, 2005) e foram instaladas em regiões de alta concentração de pobreza e em espaços físicos de no mínimo 300 metros quadrados. Contaram com a participação da comunidade nos processos de gestão, por meio de um Conselho Gestor composto por cidadãos residentes na área da unidade Casa Brasil.

Para tanto, foram realizados dois editais, o primeiro em 2005 e o segundo em 2010, que tinham como objetivo principal o envolvimento das comunidades carentes juntamente com gestores públicos, na disseminação da tecnologia da informação.

A chamada 041/2005 foi tornada pública em 2005 com critérios muito bem delineados e pré-definidos, com a proposta de uma demanda induzida, visto que foram utilizadas informações específicas, levando-se em conta como referência populacional a estimativa oficial do IBGE de julho de 2004. Portanto, foi incluída no edital uma lista de localidades pré-determinadas, constando o estado, a cidade e a quantidade prevista de UID

ESTADO	CIDADE	Nº de UID
PA	Belém	3
PA	Ananindeua	1
PA	Santarém	1
TO	Palmas	1
RO	Porto Velho	1
RO	Ji-Paraná	1
AM	Manaus	3
AM	Parintins	1
AP	Macapá	1
AP	Santana	1
AC	Rio Branco	1
AC	Cruzeiro do Sul	1
RR	Boa Vista	1
PE	Recife	3
PE	Jaboatão dos Guararapes	1
BA	Salvador	3
PB	Valente	1
PB	João Pessoa	1
PB	Campina Grande	1
CE	Fortaleza	3
CE	Caucaia	1
MA	São Luís	2
MA	Imperatriz	1
RN	Natal	2
RN	Mossoró	1
AL	Maceió	2
AL	Arapiraca	1
PI	Teresina	2
PI	Parnaíba	1
SE	Aracaju	1
DF	Brasília	3
GO	Goiânia	2
GO	Aparecida de Goiânia	1
GO	Anápolis	1
MT	Cuiabá	1
MT	Rondonópolis	1
MT	Várzea Grande	1
MS	Campo Grande	2
MS	Dourados	1
MS	Corumbá	1
PR	Curitiba	3
PR	Londrina	1
PR	Maringá	1
SC	Florianópolis	1
SC	Joinville	1
SC	Blumenau	1
RS	Porto Alegre	3
RS	Caxias do Sul	1
RS	Pelotas	1
RS	Canoas	1
SP	São Paulo	3

SP	Guarulhos	1
SP	Campinas	1
RJ	Rio de Janeiro	3
RJ	São Gonçalo	1
RJ	Duque de Caxias	1
MG	Belo Horizonte	3
MG	Contagem	1
MG	Uberlândia	1
ES	Vitória	1
ES	Vila Velha	1

Quadro 2 – Cidades pré-selecionadas pelo Edital 41/2005
Fonte: Edital 041/2005 –CNPq

O Quadro 2 demonstra a preocupação dos gestores da proposta, naquele momento, de compartilhar o projeto Casa Brasil com todo o país, com a implantação de UID em todos os estados e no DF, para posterior análise.

Como as cidades que seriam beneficiadas faziam parte dos critérios de avaliação previamente definidos na chamada, muitos questionamentos surgiram, tendo em vista que se tratava de uma seleção pública de projetos. A explicação era que o Edital foi bastante pontual em virtude de ser uma fase teste e que se necessitava de um edital direcionado, visando todo o país e evitando a concentração de UID nos centros mais desenvolvidos e com melhores infraestruturas. Os parceiros definidos para trabalhar em conjunto com as Unidades de Inclusão Digital (UID), poderiam ser desde Órgãos Públicos Municipais, Organizações Não-Governamentais (ONG), Instituições de Ensino Superior, e outros, denominados Parceiros Estratégicos.

A seleção das propostas deu-se por uma comissão especialmente convocada para tal, composta de membros da comunidade científica, sendo pré-aprovados noventa projetos de um total de cento e oitenta e oito apresentados para julgamento.

Estes projetos, antes da aprovação final, tiveram visitas ex-ante, com o intuito de confrontar os dados apresentados para julgamento nos projetos com a realidade existente, o que acabou por eliminar alguns projetos, em especial, aqueles que não possuíam condições mínimas de espaço físico ou que não apresentaram a documentação mínima solicitada, dando espaço para projetos de melhor qualidade e que haviam cumprido todos os pré-requisitos do Edital, portanto, algumas cidades acabaram sendo excluídas e foi decidido pelo comitê a aprovação de projetos nas cidades que pelo critério populacional tivessem pontuação maior para receber mais algumas UID.

Os gráficos a seguir são uma consolidação dos dados da demanda e aprovação dos projetos, usando os critérios de parceria e regionalidade.

Tabela 2 - Edital 41/2005 - Demanda por parceria

ONG	84
GOVERNO	77
ENSINO SUPERIOR	27

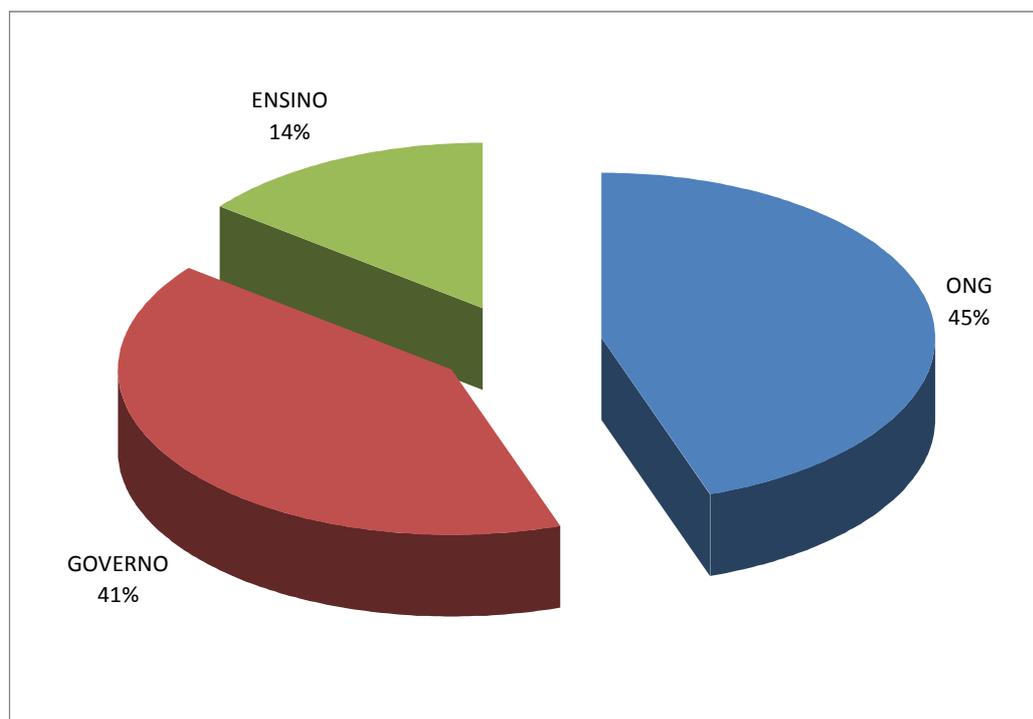


Gráfico 2 - Edital 41/2005 - Demanda por parceria
Fonte: Plataforma Carlos Chagas, CNPq, 2014

O gráfico demonstra que nesta fase do projeto o envolvimento maior foi do governo, por meio das prefeituras, em geral das capitais e das ONG. Vemos por outro lado que as instituições de ensino tiveram uma participação muito menor, o que parecia demonstrar que não havia interesse das mesmas nesta modalidade de inclusão digital.

Tabela 3 - Edital 41/2005 - Demanda por região.

Região	Nº Projetos	%
Norte	17	9
Nordeste	62	33
Centro Oeste	23	12
Sudeste	62	33
Sul	24	13

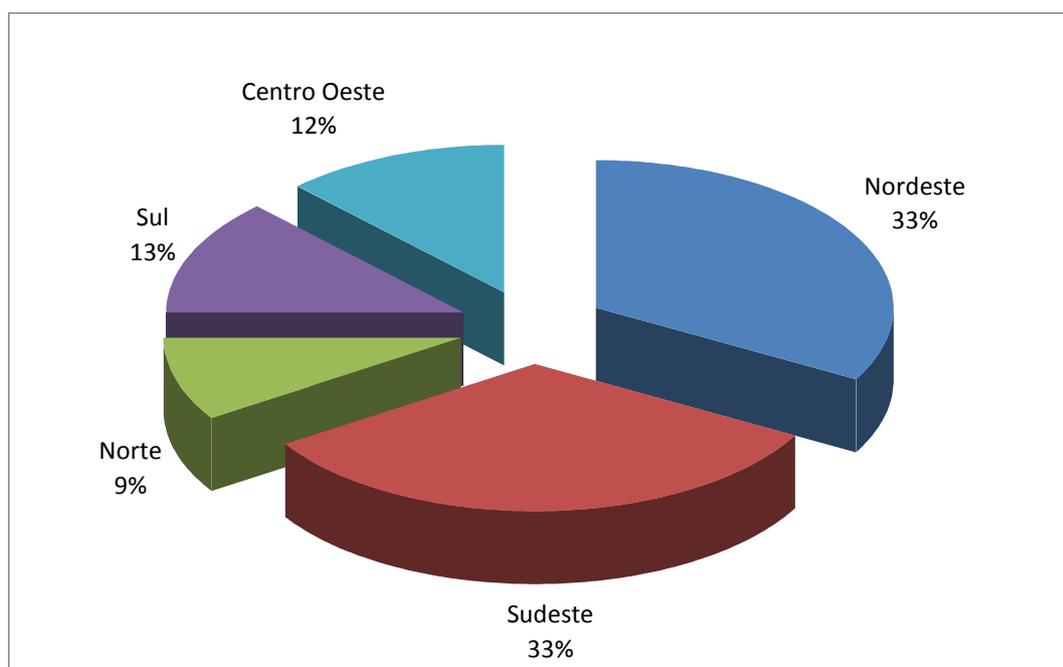


Gráfico 3 - Edital 041/2005 - Demanda por Região
 Fonte: Plataforma Carlos Chagas, CNPq, 2014

A distribuição regional apontou um maior envolvimento das entidades do Sudeste e do Nordeste, enquanto que Sul, o Norte e o Centro Oeste juntos somaram 34% da demanda, portanto, vemos que no próximo gráfico os projetos aprovados mantiveram esta tendência.

Tabela 4 - Edital 41/2005 – Projetos aprovados por região

Região	Nº Projetos	%
Norte	9	10
Nordeste	29	33
Centro Oeste	13	15
Sudeste	24	27
Sul	13	15

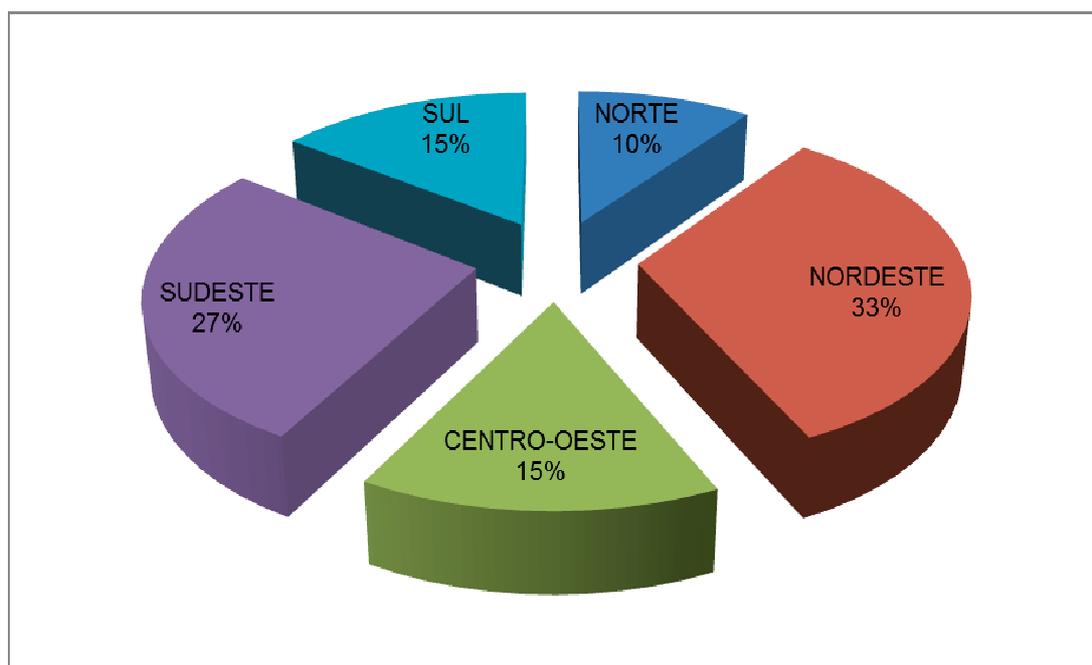


Gráfico 4 - Edital 041/2005 - Projetos Aprovados por Região
 Fonte: Plataforma Carlos Chagas, CNPq, 2014

Dentre os projetos recomendados, 87 foram contratados para receber os recursos previstos no Edital e também para receberem os kits de informática, compostos de 20 computadores mais uma impressora, que seriam instalados no módulo Telecentro além de serem disponibilizadas as bolsas por um período de 12 meses.

Tabela 5 – Edital 41/2005 - Projetos Aprovados por Parceria

Parceria	Nº	%
ONG	33	36
Governo	43	49
Ensino Superior	13	15
Total	89	100

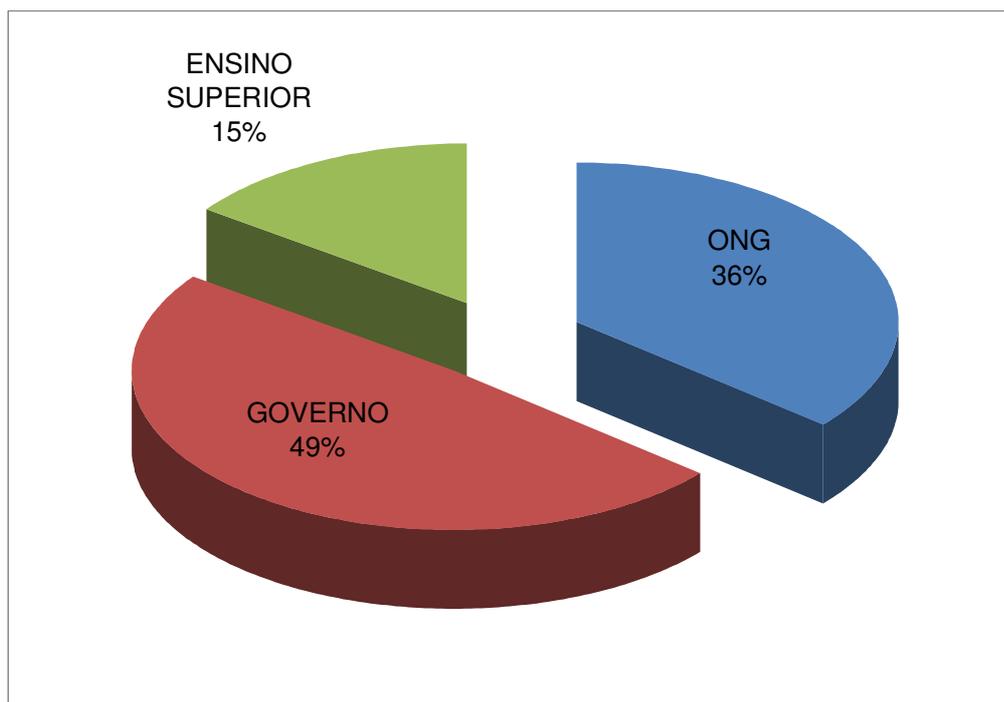


Gráfico 5 - Edital 041/2005 - Projetos Aprovados por Parceria
 Fonte: Plataforma Carlos Chagas, CNPq, 2014

Conforme apresentado na demanda, as parcerias que tiveram mais projetos aprovados foram também o governo e as ONG.

A continuidade do Programa Casa Brasil no CNPq deu-se por meio da chamada 049/2010, REID , que após algumas análises e considerações sobre a chamada anterior, foi delineada tomando por base alguns critérios diferentes em relação à primeira chamada. A obrigatoriedade do envolvimento de Instituições de Ensino Superior, que continham em seus quadros profissionais com formação em ações de extensão universitária foi um ponto chave, visto que se procurava uma maior interação entre estas instituições e as Unidades de Inclusão Digital, inclusive priorizando o envolvimento das Unidades já existentes, e com isto aproveitando as experiências adquiridas anteriormente, analisando seus erros e acertos bem como do envolvimento das comunidades assistidas no período de 2005 a 2009, quando da vigência da Chamada 041/2005.

O Programa Rede de Extensão para Inclusão Digital teve por objetivo estruturar uma Rede de Extensão Universitária de abrangência nacional para apoiar programas, projetos e ações contínuas de pesquisa e extensão, constituídas em rede de cooperação social, científica e tecnológica para intervenção local, a partir do mapeamento e caracterização dos territórios em áreas de micro e macro vulnerabilidades social.

A Rede de Extensão para Inclusão Digital (REID) teve por fundamento uma abordagem teórico-metodológica em Ciência e Tecnologia e em Assistência Social. A REID buscava estabelecer uma relação dialógica entre o saber formal e não formal para promover ações de investigação e pesquisa a serviço do social, pela via das ações de Extensão Universitária. Como contribuição, esperava-se o compartilhamento de saberes e a sistematização de processos de intervenção social para apoiar políticas públicas na área social com a apropriação e uso das tecnologias de informação e comunicação.

A demanda bruta apresentada ao CNPq para concorrer aos recursos desse Edital foi de 148 projetos, sendo aprovados e apoiados com recursos financeiros 89 projetos, ou seja, 60 % do total.

Tabela 6 – Edital 49/2010 - Demanda por região

NORTE	15
NORDESTE	38
CENTRO OESTE	15
SUDESTE	38
SUL	42

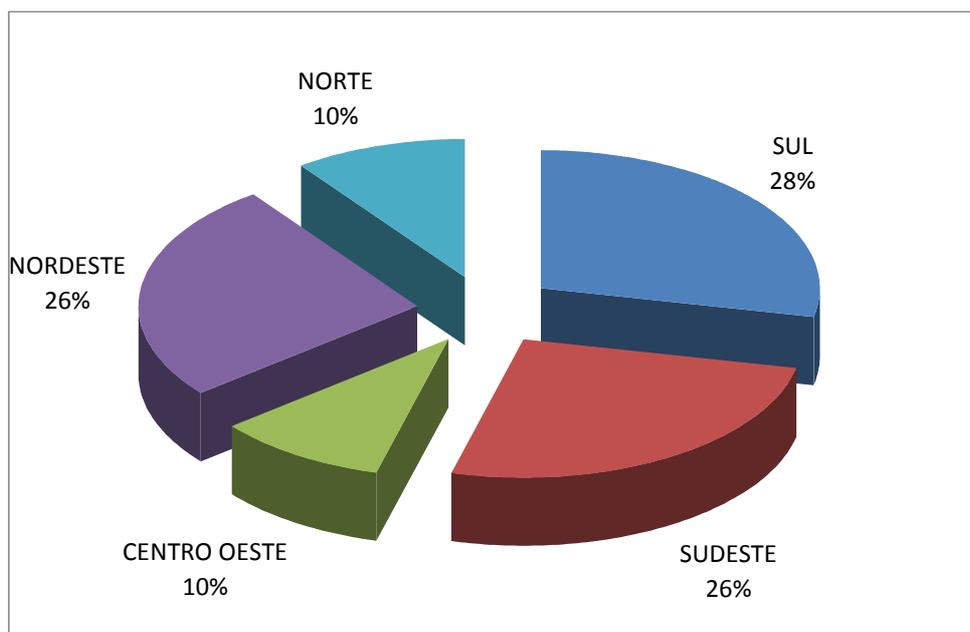


Gráfico 6 - Edital 49/2010 - Demanda por Região
Plataforma Carlos Chagas, CNPq, 2014

Verificamos que quando da exigência pela existência de uma Instituição de Ensino como parceira, a tendência na demanda quanto à regionalidade acabou sendo a mesma que no Edital 41/2005, somente com pequena variação, o crescimento da demanda da região sul.

Tabela 7 - Edital 49/2010 Projetos Aprovados por Região

REGIÃO	APROVADOS	%
NORTE	6	7
NORDESTE	26	29
CENTRO-OESTE	6	7
SUDESTE	23	26
SUL	28	31
TOTAL	89	100

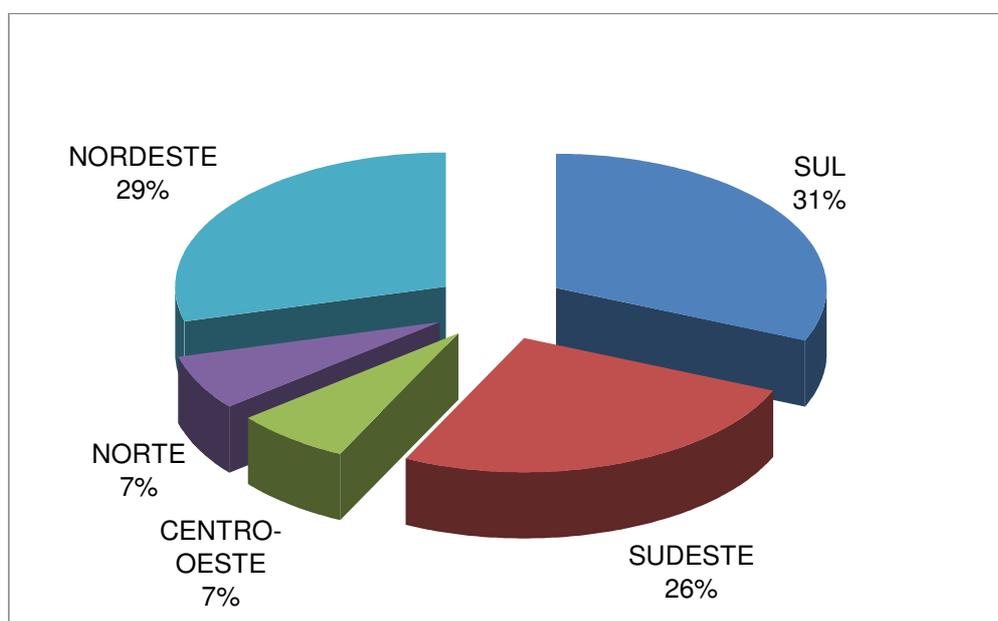


Gráfico 7 - Edital 49/2010 Projetos Aprovados por Região
 Fonte: Plataforma Carlos Chagas, CNPq, 2014

Verificamos no gráfico acima que as regiões Sul, Sudeste e Nordeste têm participação com 86% de todos os 148 projetos aprovados, enquanto o Norte e Centro Oeste participam somente com 14%. Um dos fatores é o da concentração de Universidades e Instituições de Ensino superior que no Norte e Centro Oeste são em número muito inferior que nas outras regiões.

2.1.2 Estrutura de uma Unidade Casa Brasil

Por definição⁴ constante no Edital as unidades deveriam conter módulos implantados em locais com tamanho mínimo de 300 m², de modo a promover a integração entre a inclusão digital e a social.

A Unidade Casa Brasil tem como característica ser um espaço comunitário, gratuito e de acesso irrestrito, que tem como finalidade funcionar como um centro de aperfeiçoamento tecnológico, divulgação científica, ciência, cultura e lazer, e obrigatoriamente ser implantada em áreas de notória pobreza (Edital 041/2005- CNPq/MCT-SECIS e Edital 049/2010 - CNPq/MCT-SECIS).

Os módulos:

- Telecentro – espaço público equipado com computadores conectados à Internet em banda larga, em que são oferecidos cursos de introdução à informática, oficinas especializadas e uso livre, utilizando-se de software livre.

- Sala de Leitura – é um espaço que concentra os livros doados e se destina a incentivar o hábito da leitura, contação de histórias, difusão da cultura local e complementação do ensino.

- Auditório – local para apresentação dos trabalhos realizados pelas oficinas multimídia, reuniões comunitárias, apresentação de filmes, cursos específicos que necessitem de espaço, etc.

- Oficina de manutenção de computadores – local utilizado para manutenção e reciclagem de equipamentos de informática, e também para a realização de cursos para configuração de hardware dados por profissionais bolsistas e parceiros.

- Espaço Multimídia – é uma combinação de oficinas para criação de conteúdos multimídia (gravação e tratamento de áudio e vídeo, oficinas de produção de conteúdos, etc.) de difusão interna e externa.

Toda a definição do projeto e do Edital foi feita com base em documentação existente na Casa Civil em reuniões com a equipe do ITI – Instituto de Tecnologia da Informação e do CNPq.

- Módulo de Presença de Órgãos do Governo Federal – local para acesso as informações sobre o Governo Federal com assessoria de um monitor.

2.2 GESTÃO DO PROJETO CASA BRASIL

A gestão do Projeto foi realizada por diversos atores, sendo a gestão formal pelo CNPq e a gestão política e parte da administração por um Comitê Gestor do Programa Casa Brasil – CGPCB e por meio de ações articuladas com outros órgãos públicos e privados.

Este comitê Gestor era composto por representantes dos seguintes órgãos do Governo Federal: Casa Civil da Presidência da República, que o coordena, a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, além dos Ministérios das Comunicações, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão. O CGPCB contava também com um Comitê Executivo e com uma Secretaria Executiva sob a coordenação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, órgão ligado à Casa Civil da Presidência, que tinha como funções prioritárias coordenar a implantação, o acompanhamento e o monitoramento das unidades do Projeto Casa Brasil nas Comunidades Locais.

Outras ações não menos importantes eram a da interação com o Programa Brasileiro de Inclusão Digital

O ITI tinha como funções prioritárias a Coordenação da implantação das unidades do Projeto Casa Brasil nas comunidades locais, bem como acompanhar e monitorar o desempenho destas Unidades, interagir com o Programa Brasileiro de Inclusão Digital, orquestrar as ações de Ministérios e Estaduais nos projetos de abrangência nacional e que estejam vinculados ao Programa Casa Brasil, bem como coordenar as atividades de formação e capacitação dos agentes envolvidos no processo de implantação das Unidades e promover a realização de eventos para a formação e integração dos bolsistas e monitores. Outras ações eram a gestão e operacionalização do Portal Casa Brasil, a compra e implantação nas unidades dos equipamentos para os Telecentros.

A consulta à comunidade com vistas a planejar e estruturar as ações que viriam a nortear o trabalho dentro de cada módulo da Unidade foi uma das funções mais importantes e que viria a direcionar as ações de interferência nas Unidades em função de seus valores educacionais e culturais.

Outra ação importante foi a estruturação de uma Coordenação Nacional com o intuito de assegurar o planejamento financeiro, a execução orçamentária e operacional, e tinha a responsabilidade pela gestão e acompanhamento dos projetos em nível nacional, se utilizando para tanto de implementadores locais / regionais, que dariam suporte operacional visando à implantação e o acompanhamento das unidades locais.

Para a consecução destes objetivos foi fundamental investir esforços na capacitação de equipes de profissionais que trabalhariam no projeto, tanto na Coordenação Nacional como nas Unidades de Inclusão Digital, pois esta é a chave para o sucesso do projeto, pois coloca as pessoas no centro do processo.

Este treinamento aconteceu por meio de atividades nacionais presenciais, iniciando-se em novembro de 2005, em Brasília, com a participação dos bolsistas de todas as Casas Brasil que já tinham iniciado suas atividades, com o intuito de tomar conhecimento das atividades do projeto e instruções sobre os marcos legais, objetivos geral e específico do Projeto, o plano de atendimento, os recursos disponíveis sua utilização e prestação de contas e as formas de avaliação e análise das atividades e da UID.

Outras atividades Nacionais se sucederam o que foi consolidado no quadro abaixo para melhor visualização.

MÊS/A NO	TÍTULO	ATIVIDADES	PARTICIPANTES	RESULTADOS ALCANÇADOS
Abril / 2006	Fórum Internacional de Software Livre	- Tecnologias utilizadas no Linux - Oficina de economia solidária e software livre - Rede de articulação e comunicação popular	Técnicos da Coordenação Nacional e bolsistas das Unidades - UID's em atividade	- Conhecimento mais aprofundado sobre a plataforma Linux. - Modos de inserção como multiplicadores das ações da rede em seus estados.
Agosto /2006	Encontro Nacional	- Debates sobre o posicionamento político e orçamentário do projeto. - Delimitação das estratégias a serem adotadas	Técnicos da Coordenação Nacional e bolsistas das Unidades - UID's em atividade	- Proposições de ações institucionais e de divulgação. - Avaliação Nacional do projeto.
Janeiro /2007	Encontro Nacional dos Técnicos de Instrução Continuada	- Operacionalização e gestão das Unidades - Formação do Conselho Gestor	Técnicos de Instrução Continuada – TIC (Coordenação Nacional)	- Estabelecimento de articulações sociais por parte das Unidades.
Junho	Encontro de Cultura Colaborativa	- Conhecimento e estratégias para continuidade do projeto - Levantamento sobre os	Técnicos da Coordenação Nacional e bolsistas das	- Implantação dos módulos de rádio, multimídia e auditório. - Propostas para

/2007		problemas enfrentados pelas Unidades- Interação Proponente / Conselho Gestor	Unidades - UID's em atividade	solução de problemas tais como, conexão, sustentabilidade, parcerias e interação com Conselho Gestor.
Agosto /2007	Curso de Formação em Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> - História e funcionamento do Capitalismo. - Introdução à Economia Solidária. - Estratégias de Organização Econômica. - Oficina de Desenvolvimento Local e Sustentável. - Políticas Públicas. - Redes e Cadeias Produtivas. - Oficina de Organização de Empreendimentos Econômicos. 	Técnicos da Coordenação Nacional e bolsistas das Unidades - UID's em atividade	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento dos modelos e métodos para desenvolvimento de projetos de Economia Solidária. - Maior interação entre os participantes com troca de conhecimento e experiências.

Quadro 3 – Atividades Presenciais

Fonte: Relatório da Coordenação Nacional entre 2007/2008

Também foram realizados dois Cursos de Capacitação à Distância

TÍTULO	CONTEÚDO	PARTICIPANTES ANTES
Curso de Planejamento e Tutoria	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos da educação à distância. - Aprendizagem em educação à distância. - Tutoria e mediação da Comunicação. - Planejamento de cursos à distância. 	Aberto aos bolsistas da Coordenação Nacional e das UID
Curso de Avaliação de Projetos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Concepções e abordagens da avaliação orientada à gestão. - Responsabilidades, limites e contexto da avaliação. - Modelo de avaliação para o Projeto Casa Brasil. - Plano de condução da avaliação. 	Aberto aos bolsistas da Coordenação Nacional e das UID

Quadro 4 – Cursos de Capacitação à Distância
 Fonte: Relatório da Coordenação Nacional entre 2007/2008

2.2 GESTÃO DO PROGRAMA CASA BRASIL NO CNPq

A gestão do Programa Casa Brasil no CNPq foi realizada pela Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações -COAPD – sendo que todo o processo de adequação do Programa Casa Brasil para se tornar um Projeto que pudesse ser gerenciado por essa coordenação no que tange às funções do CNPq, foi realizado em diversas reuniões com os atores envolvidos, sejam, ITI/Casa Civil, MCTI e CNPq, nas quais se buscou adequar toda a proposta inicial do Programa Nacional, que propunha a implantação de 1.000 Unidades de Inclusão Digital em todo o país. Esta proposta inicial foi considerada como fase teste, sendo que foi desenhada uma abordagem realista de implantação de 90 unidades, junto às quais deveriam ser realizadas avaliações periódicas, tanto por meio de relatórios parciais como com visitas técnicas que viessem a auxiliar nas correções de rumo e nas soluções alternativas para o bom funcionamento destas Unidades.

A proposta de criação de uma equipe de acompanhamento e avaliação junto ao CNPq não teve apoio formal e acabou ficando restrita a um técnico que acabava por exercer todas as funções relativas à administração do projeto, acompanhamento *on line*, recebimento e análise de relatórios parciais e finais, etc.. As visitas técnicas por parte da área técnica acabaram não sendo realizadas a contento, visto que os recursos para tal atividade eram escassos e os contatos acabaram acontecendo somente nas unidades do DF o que acabou provocando um grande diferencial nos processos de gestão das unidades

de inclusão digital que se encontram em regiões mais distantes ou em locais mais problemáticos.

O envolvimento da Coordenação Nacional acabou sendo o principal ponto de referência junto as UID, passando a utilizar seus bolsistas e técnicos de instrução continuada, que acompanhavam as unidades localmente, para avaliar e acompanhar os projetos, sem que se tivesse um modelo que fosse balizador para uma pesquisa comparativa, o que acabou por gerar desencontros de informações de caráter técnico e também administrativo a partir do momento que estes técnicos não tinham conhecimento das normas e regras do CNPq relativamente à gestão dos projetos.

2.2.1 – PROGRAMAS QUE INTERAGIRAM COM PROGRAMA CASA BRASIL

Diversos outros programas ligados aos representantes do Comitê Gestor acabaram por se associar às ações do projeto, por vislumbrar um espaço para implementar suas ações já tendo uma infraestrutura física e de pessoal implantada, com isto facilitando a interação entre os programas. Os dois programas mais importantes que se aliaram ao Projeto Casa Brasil estão citados abaixo.

PONTOS DE CULTURA

Os Pontos de Cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura (MinC) e implementados por entidades governamentais ou não governamentais, que visam a realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades.

No Projeto Casa Brasil, os Pontos de Cultura foram implantados entre os anos de 2007 e 2008, inicialmente nas unidades que vinham tendo resultados mais favoráveis de acordo com as análises dos técnicos que faziam o acompanhamento, além de estarem com as obrigações de prestação de contas e relatórios técnicos em dia e, posteriormente foi feito junto às outras unidades, o que acabou por representar uma evolução no processo de capacitação dos participantes, visto que para tal havia a necessidade de se implantar os módulos restantes dos projetos, que não haviam sido contemplados com recursos federais, o que se tornou possível com o aporte dos recursos oriundos deste programa.

Com o aporte de recursos, as UID tiveram uma abertura maior para implantação de novas ações, em especial na área de multimídia, com a montagem de grupos de fotografia, filmagem, montagem de mídia, rádio comunitária, o que levou a criação de grupos dentro

das unidades que buscaram suas comunidades, com o intuito de criação de trabalhos que pudessem ampliar seus conhecimentos, mostrar as necessidades locais e apresentar este trabalho para a própria comunidade e para a mídia em geral, criando uma integração muito saudável na comunidade e também com outros grupos e dando oportunidades de desenvolvimento aos seus integrantes.

Programa GESAC

O objetivo principal do programa GESAC, coordenado pelo Ministério das Comunicações por meio do Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital, oferece de forma gratuita, o acesso a serviços de conexão à internet, com o objetivo de promover a inclusão digital e social, bem como para incentivar ações de governo eletrônico para a população.

O Programa é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todos os estados brasileiros, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. Por meio dele, é disponibilizada a infraestrutura fundamental para a expansão de uma rede. Diversas unidades de Inclusão Digital tiveram a implantação de antenas, visto ficarem em áreas longe dos grandes aglomerados urbanos e em locais que não continham nem linha telefônica, criando uma oportunidade maior e visando novos caminhos para a inclusão social.

3. CASA BRASIL NO DF

O Projeto Casa Brasil no DF desenvolveu-se dentro da normalidade da evolução dos demais projetos, porém, pudemos constatar que os três projetos que foram implantados acabaram por suplantar as expectativas da equipe de gestão nacional e também da gestão do CNPq, pela forte participação das parcerias estratégicas nos projetos e também o grande envolvimento entre as unidades implantadas no DF, elevaram a qualidade dos cursos e trabalhos realizados por estas unidades de inclusão digital.

A consolidação dos dados do projeto Casa Brasil seguiu uma ordem pré-estabelecida quando da proposta de análise das UID do Distrito Federal, levando-se em conta as diversidades dos locais implantados. Neste capítulo vamos apresentar um detalhamento das atividades que foram desenvolvidas nestas unidades.

3.1 - ESTUDO DE CASO AS UNIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL DO DF

CASA BRASIL - ADAPTE

O Casa Brasil ADAPTE que é uma parceria com a Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais e tem seu funcionamento na Região Administrativa da Ceilândia.

Esta Unidade tem no seu histórico a respeitabilidade por receber, ensinar, tratar e recuperar deficientes físicos. Possui parcerias com os Irmãos Maristas na recuperação dos deficientes e com a Receita Federal na doação de equipamentos e computadores, reforçando a área de metarreciclagem e além de ensinar como consertar os computadores proporciona doações para outras instituições que apoiam socialmente a comunidade.

As obras adaptação dos espaços da ADAPTE-DF para receber o projeto Casa Brasil foram concluídas em dezembro de 2006 quando ocorreu sua inauguração, porém, sem a possibilidade de funcionamento pleno dos cinco módulos previstos, visto que à data só haviam recebido parcialmente os equipamentos do Telecentro e Sala de Leitura. Apesar destes imprevistos o coordenador da Unidade comentou “Vamos iniciar com o que temos, pois a comunidade estava muito esperançosa para ter este espaço e não poderíamos deixar de apoiá-la”.

Telecentro

O módulo Telecentro por meio do acesso gratuito à Internet atendeu uma média de 90 pessoas diariamente e os interesses giram em torno de pesquisas escolares, prática de jogos digitais, e-mails e outras atividades. Para o Curso de Operador de Micro com o sistema Linux, foram estruturadas duas turmas com 20 alunos cada, nos turnos da manhã e da tarde.

Ainda, referente ao Telecentro, foi ampliada a capacidade de atendimento da comunidade, com a utilização de equipamentos provenientes da Metarreциclagem.



Figura 1 – Sala do Telecentro

Estúdio Multimídia

As atividades do Estúdio Multimídia entre 2008/2009 contemplaram diversos cursos sendo eles, edição de Imagens em Kdenlive – neste curso foram formadas três turmas de três alunos com a duração de dois meses, Criação de Slides em Linux para atendimento a seis alunos e, introdução ao BR Office, software de edição de texto, planilha eletrônica e de apresentação com os cursos de introdução e elaboração de vídeos, áudio e fotos.

Laboratório de Metarreclagem

O Laboratório de Metarreclagem, depois do Telecentro “foi o mais concorrido, por dar uma qualificação ao aluno, criando oportunidades maiores para um primeiro emprego ou melhorar seu desempenho, ou até mesmo para montar seu próprio negócio”, comentou o coordenador.

No Laboratório de Metarreclagem da ADAPTE - DF computadores velhos com defeito são desmontados e as peças que ainda funcionam são reaproveitadas em outros computadores. Somente no Telecentro da Unidade foram aproveitadas 14 máquinas em bom estado de funcionamento.

Auditório

O auditório proporcionou á ADAPTE-DF um espaço de encontro social e cultural, dando oportunidade para desenvolvimentos de diversos cursos, teatro, música, fabricação e utilização de fantoches, dança popular e balé e até um grupo de Coral que já tinha agendadas apresentações junto a diversos segmentos da comunidade.

O espaço também foi utilizado para apresentações de filmes e diversas palestras, principalmente de cunho social e cultural, nas áreas de Cidadania, Folclore, Educação e Saúde como “ADAPTE e 24ª DP em favor da vida. Não use drogas”, evento este que contou com a participação de aproximadamente trezentas pessoas.

Outra apresentação importante foi em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, onde foram apresentados números de dança na linguagem LIBRA. Várias apresentações de teatro aconteceram bem como de dança.

O espaço também teve sempre sua utilização para as reuniões da ADAPTE com a Comunidade para troca de experiências e sugestões sobre o Projeto Casa Brasil e Economia Solidária.

Sala de Leitura

A Sala de Leitura se transformou em um ambiente de estudo e encontro. As atividades realizadas envolveram basicamente alunos do ensino fundamental que participaram de aulas de reforço escolar, com uma média de 18 alunos, pesquisas escolares que contaram com uma média de 8 alunos em períodos normais e com picos de até 12 alunos em períodos de provas.

Foram também desenvolvidas rodas de leitura para compreensão e interpretação de textos que eram transformados em dinâmica para a representação destes textos e livros, o que acabou por levar a criação de peças de teatro de fantoches que foram apresentadas no auditório. O interessante, como comentou o coordenador é que os alunos buscaram manter suas raízes culturais quando da escolha de um texto para as apresentações de fantoches.

Além destas atividades buscou-se o interesse pela literatura por meio de livros clássicos e despertar o interesse pelo teatro com leituras sobre a origem do teatro, sua importância como meio divulgador de literatura e cultura.

Como um meio de envolver os adultos e dar melhor qualidade de vida foi criado o curso de alfabetização para jovens e adultos, que era bem concorrido pelos membros da comunidade.

O Coordenador relatou diversos outros assuntos de interesse da ADAPTE e da Comunidade, como sobre um importante convênio assinado junto ao Banco do Brasil, pelo qual esse passou a encaminhar solicitações de menores aprendizes para iniciarem a sua vida profissional nas dependências de suas agências. “O importante para a ADAPTE foi o conceito positivo que o Projeto Casa Brasil irradiou por meio de sua influência benéfica”, comentou.

Outro resultado positivo foi a aprovação de um projeto apresentado à Fundação Banco do Brasil objetivando a preparação de artesãos utilizando materiais recicláveis

CASA BRASIL UnB-CEILÂNDIA

A Casa Brasil UnB-Ceilândia que é uma parceria com a Universidade de Brasília em seu Campus da Ceilândia.

As atividades da UnB Ceilândia foram iniciadas somente em junho de 2007, devido a demora de entrega de equipamentos e problemas com a intensa participação de entidades comunitárias como Cultura Aces, DF Zulu, Artecei, Forno de Cultura, Grupo de Teatro e Juventude Independente, todos muito interessados nas atividades provenientes do projeto Casa Brasil.

Face a infraestrutura existente no campus, alunos e monitoria de professores e a larga experiência em gestão de projetos, a Unidade de Inclusão Digital teve condições de agregar valores de prática extensionistas ao trabalho que ali já vinha sendo desenvolvido. Como a região possui uma rede pública de escolas extensa e uma população de mais de 280 mil habitantes entre os cinco e dezessete anos de idade, dos quais 230 mil são alfabetizados, a UnB considerou que a implantação de um projeto desta monta viesse a promover o desenvolvimento social a partir da inclusão digital e cultural dos cidadãos do local.

As atividades básicas desta UID ocorreram num contexto integrado com as atividades de formação de professores de biologia e do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito visando a Popularização da Ciência e da Cultura, bem como alunos destes cursos que atuaram como assistentes e monitores da Unidade.

O programa previsto inicialmente possuía quatro metas:

- A introdução ao uso do computador por pessoas da comunidade a partir dos 12 anos e de escolaridade mínima de 5ª série.
- A integração de atividades de inclusão digital com atividades culturais devido ao grande número de entidades comunitárias lá existentes.
- A ampliação do acesso da comunidade a informações e conhecimento.
- O desenvolvimento de atividades de divulgação do conhecimento.

Baseados nestas metas, diversas ações foram implantadas sendo oferecidos cursos nos módulos de Telecentro, com cursos de operador de microcomputador e de digitação, na Sala de Leitura, cursos de leitura e produção de textos visando a sua utilização juntamente com o Núcleo de Multimídia que ofereceu cursos de Vídeo Popular e Rádio Popular.

Nesta mesma linha os alunos da UnB, em parceria com outro projeto da Universidade, o Conexões de Saberes ofereceram um curso pré-vestibular comunitário e, além disto, a UID montou oficinas de jogos, dança e acesso livre à internet.

As principais ações realizadas pela UID foram o acesso a equipamentos de Tecnologia da Informação, tais como, filmadora, máquina fotográfica digital, Datashow, gravadores digitais, mesa de som, etc, um ponto de apoio para os estudantes da cidade com vistas ao desenvolvimento de suas atividades escolares, a elaboração de planos de cursos e oficinas a partir da realidade local, considerando a importância histórica e cultural da comunidade, e o sistema de processo de ensino diversificado, sempre buscando a participação de alunos e professores da rede pública com vistas à melhoria da qualidade de ensino e fortalecimento das parcerias e ampliando o número de multiplicadores na comunidade.

Quadro 5 – Atendimentos Consolidados por Módulo/Curso

Módulo	Cursos	1ºSem/2007	2ºSem/2007	2008
Sala de Leitura	- Atividades diversas	40 / dia	94 cursistas 40 / dia	74 cursistas 30/dia
Sala Multimídia	- Ciclo Básico - Edição de Vídeo - Rádio Popular - Oficina de Fotografia e Filmagem	40 cursistas	177 cursistas	122 cursistas 102 atividades diversas
Telecentro	- Curso de Digitação e operação LINUX - Acesso Livre	72 cursistas 40/dia	161 cursistas 50/dia	119 cursistas 50/dia
Auditório	- Jogos Lógicos - Oficina de Teatro - Xadrez - Dança do Ventre - Pré-vestibular comunitário	100 cursistas	161 cursistas 240 atividades diversas	62 cursistas 19 atividades diversas

Quadro 5 – Atendimentos Consolidados por Módulo/Curso

Fonte: Relatório - REID – Rede de Extensão para Inclusão Digital – Parcerias entre Academia, Governo e Comunidade.

Em 2010, com a Edição do Edital 049/2010, a UID da UnB, teve aprovado o projeto de inclusão digital da Unidade da Ceilândia, o que permitiu que o projeto anterior tivesse continuidade dando um novo impulso à Unidade, o que levou este grupo a ter um trabalho muito concentrado no desenvolvimento de indicadores, para avaliação da evolução da inclusão digital e social no país, tomando por base o trabalho realizado na primeira etapa do projeto e contando com o suporte de todos os projetos vencedores deste edital. Este projeto contou com parceria da ADAPTE-DF que somou esforços para que pudessem abranger um universo de partícipes maior.

CASA BRASIL ITAPOÃ

O Casa Brasil Itapoã, situada na Região Administrativa do Itapoã em parceria com a Associação Positiva de Brasília.

A inauguração desta unidade deu-se em dezembro de 2006 com a participação maciça da comunidade e de lideranças locais e de diversas autoridades dos órgãos gestores do projeto.

Em fevereiro de 2007, contando com a mobilização da comunidade local e com Instituições como a Administração de Itapoã, Escolas, Conselho Tutelar, Polícia Militar e Posto de Saúde local, deu-se por iniciadas as atividades do Telecentro, da Biblioteca – Sala de Leitura – e do Auditório, sendo os primeiros cursos os de Montagem e Configuração de Microcomputadores, Informática básica e uso racional da Internet.

Com os recursos dos Pontos de Cultura em 2008 que somavam sessenta mil reais para serem usados na montagem do Laboratório de Multimídia e para a conclusão do Auditório, as UID adquiriram os equipamentos e com a nova estrutura puderam receber uma nova demanda de novas ações que permitiram uma maior participação da comunidade e das parcerias locais.

As ações mais importantes foram descritas por módulos:

Telecentro

Curso de digitação e de acesso livre à internet, com a participação de pelo menos seis alunos por turma, sempre acompanhados de monitoria.

Laboratório de Multimídia

O Laboratório de Multimídia teve sua estrutura montada no espaço do Auditório e ofereceu aos participantes sessões de cinema com um público com faixa etária variada com uma média de vinte e cinco pessoas por filme. Foi estruturado um Laboratório de Música que buscou apresentar aos alunos as noções teóricas básicas e também a prática com cursos de violão.

No curso de Manipulação de Imagens com computação gráfica os participantes foram apresentados aos programas “Inkscape⁵”, para trabalhos simples como cartões de

5 Inkscape ” – é um software livre para editoração eletrônica de imagens e documentos vetoriais.

visita, convites e panfletos e “Gimp⁶, mais elaborado e que permite a manipulação de imagens e desenvolvimento de projetos de banner, montagens fotográficas, etc.

Telecentro

O Telecentro é um dos espaços mais procurados, tendo uma média de 20 alunos por turno em cursos de informática básica, acesso e gestão da informação, sempre com o acompanhamento de monitores. O relato apresentado com relação a este módulo foi que os alunos não estavam no Telecentro apenas por inclusão digital ou acesso à Internet, mas por objetivarem maior conhecimento visando capacitação para o mercado de trabalho.

Sala de Leitura

A Sala de Leitura possui um acervo de aproximadamente 1.000 livros entre literatura, teatro e livros infantis, além de livros didáticos. Verificou-se que a grande procura foi para reforço escolar, contando com a presença constante de crianças e adolescentes.

Metarreciclagem – Montagem e configuração de micro computadores

A procura ao Laboratório de Montagem e Configuração de Microcomputadores sempre teve uma procura elevada, visto a qualidade do curso montado, “melhor que muitos cursos pagos da região”, comentou a Coordenadora, sendo que o curso se resumiu em quatro módulos, 3 horas de conhecimento básico sobre física (estática), tipo e uso de ferramental, 10 horas de prática de montagem, 6 horas de prática de instalação de sistemas operacionais (Windows, Kurumim e Urutu) e de programas básicos de editoração de texto, planilhas e apresentação e, 26 horas de aulas teóricas.

Auditório

O Auditório teve uso bastante diversificado, além do uso para reuniões e encontros da Unidade e da comunidade, bem como shows e apresentação de filmes. As atividades mais importantes realizadas foram as Oficinas Técnicas como, Capacitação do GESAC, confecção de fantoches, oficina de xadrez e de teatro, além de diversos cursos como o de LIBRAS, curso sobre conscientização ambiental, em parceria com a CAESB, Curso de elaboração de Projetos Sociais, em parceria com a UnB e de economia solidária.

A atividade que mais deu frutos e acabou por envolver muito mais a comunidade, foi a de artesanato, com a realização de diversos cursos que abriram perspectivas de trabalho. A coordenadora comentou que a oportunidade de aplicarem o que aprendiam nos cursos de

⁶ GIMP é um potente editor de imagens feito para Linux.

artesanato acabou por render algum dinheiro por meio da venda de “bonequinhos”, que aprenderam a fazer no curso de “fuxico”, e isto foi ao encontro da necessidade de sustento da família.

Outro ponto importante dos cursos de artesanato foi que os alunos tiveram a oportunidade de participar de algumas exposições na cidade, tais como a ExpoINEI e o BSB Mix, onde tiveram muitos contatos e abriram portas para ampliação do mercado de trabalho.

“Nestas exposições aproveitamos para divulgar as ações da ONG bem como o trabalho desenvolvido com o Projeto Casa Brasil em inclusão social e digital, o que despertou muitos interesses nos participantes”, comentou a coordenadora.

ONG 100 DIMENSÃO

Uma quarta unidade participou do processo de seleção, tendo como parceria a ONG 100 DIMENSÃO, que faz coleta seletiva e reciclagem de lixo. Gera trabalho e renda para 120 famílias. Trabalha em associação com diversos parceiros, cujas atividades são complementares entre si. Mantém-se com a comercialização do artesanato que produz, com revenda de lixo seco reciclável e com doações diversas.

Esta unidade, apesar de um projeto de excelente qualidade e uma proposta de inclusão social que permitiria a melhoria da qualidade de vida da ONG 100 DIMENSÃO, não pode ser implantada visto que por ser uma cooperativa se desenquadrava dos critérios de elegibilidade constante do Edital.

Nesta análise pudemos constatar que o envolvimento dos parceiros estratégicos que já tinham ligação mais presentes nas localidades onde foram implementadas as unidades Casa Brasil, no caso do DF, tiveram resultados muito bons provavelmente pelo envolvimento das comunidades, que ao meu ver sentiam a possibilidade de melhoria de qualidade para suas famílias, bem como a melhoria de suas formações profissionais ou mesmo o início de uma formação.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Um dos objetivos previstos ao término das fases Teste e REID era a transformação do Programa Casa Brasil em uma ação de continuidade no âmbito Governamental, onde seria proposta uma política pública que viesse a abrir um caminho mais simples e com maior envolvimento da comunidade com relação à inclusão digital, levando em conta os fatores culturais e sociais.

Ao término dos projetos individuais foi feito um levantamento pela Coordenação Nacional e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que serviu de subsídio para um estudo mais abrangente e mais detalhado dos resultados da implantação do Casa Brasil em todo o território nacional. Um dos resultados encontrados após uma análise mais criteriosa foi que os projetos que tiveram melhor avaliação de acordo com o modelo de inclusão digital como política pública, dentre os diversos programas governamentais, foram os projetos, Casa Brasil e os Pontos de Cultura.

No projeto Casa Brasil o resultado que acabou surpreendendo foi a avaliação realizada após a conclusão da primeira fase (Teste) na qual cinquenta e sete das oitenta e sete UID, ou seja, 65% dos projetos foram considerados excelentes ou bons quando avaliados sob alguns critérios como impacto social, formação de pessoal, continuidade do projeto, sustentabilidade.

Analisando regionalmente a qualificação dos projetos que tiveram sua conclusão e avaliação final temos:

Região Norte

Avaliação	Total de Projetos	%
Ótima	1	9
Boa	3	27
Razoável	5	46
Ruim	2	18
Total	11	100

Região Nordeste

Avaliação	Total de Projetos	%
Ótima	5	17
Boa	15	52
Razoável	5	17
Ruim	4	14
Total	29	100

Região Centro-Oeste

Avaliação	Total de Projetos	%
Ótima	2	17
Boa	8	67
Razoável	2	16
Ruim	0	0
Total	12	100

Região Sudeste

Avaliação	Total de Projetos	%
Ótima	2	9
Boa	11	49
Razoável	5	23
Ruim	4	19
Total	23	100

Região Sul

Avaliação	Total de Projetos	%
Ótima	2	17
Boa	8	67
Razoável	1	8
Ruim	1	8
Total	12	100

Portanto, na avaliação Nacional dos projetos do Edital 41/2005 temos:

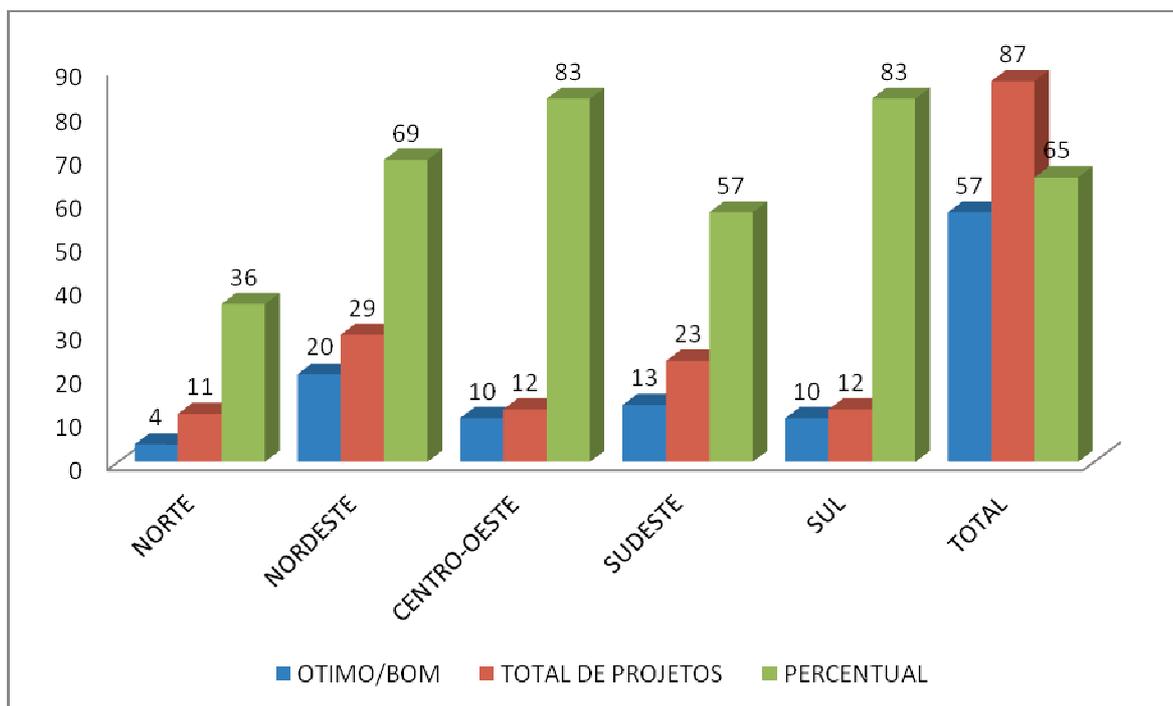


Gráfico 8 – Edital 41/2005 - Percentual de projetos bons / ótimos
Fonte: Relatório da Coordenação Nacional, 2009

Analisando estes dados podemos verificar que praticamente todas as regiões tiveram um desempenho entre ótimo e bom muito elevado, ficando somente a dever a região norte, cujo desempenho foi bastante inferior. Neste caso podemos fazer outra análise. A região norte é bastante extensa territorialmente, seus estados encontram-se entre os mais pobres do País e o acesso à Internet é muito precário, além da dificuldade de acesso de muitas comunidades, em geral a ribeirinha, por falta de transporte a esses locais. (relatórios técnicos dos projetos da região).

A proposta de inclusão digital e social na região norte só teve órgãos de governo como parceiros, portanto, quando qualquer mudança política que acontecia, influenciava as ações para a área de inclusão digital os projetos também sofriam com estas mudanças.

Quando da elaboração do novo Edital 049/2010, a proposta era do aproveitamento pelas Universidades destas UID, o que acabou por não acontecer. Somente a minoria das unidades foi aproveitada, notadamente as que tinham como parceiro estratégico as próprias instituições, e em alguns casos raros aquelas que tinham algum convênio anterior com Instituições de Ensino. (MCT e CNPq, 2009 – Relatório da Coordenação Nacional, 2010)

Este foi um resultado que poderia ter sido um ganho para o projeto e acabou por se revelar uma perda considerável, pois o poder decisório a nível político acabou por

sobrepujar as necessidades das comunidades carentes, local das Unidades de Inclusão Digital do Projeto Casa Brasil. Considero que a proposta que inicialmente pretendia ser integradora das iniciativas que existiam dentro do Governo, e não eram poucas, e migrar para se constituir em uma política pública acabou por não cumprir o seu papel, mas, apesar deste descaminho verificamos que os resultados positivos que aconteceram em diversas Unidades, continuam a dar resultados positivos, sendo fruto de um trabalho diário de conscientização dos grupos comunitários envolvidos.

Verificamos que todo o trabalho de formação de profissionais capacitados a difundir as práticas de ensino, apreendidas nos diversos cursos oferecidos pelo projeto Casa Brasil acabou sendo esquecido após o término da fase teste deste projeto. A descontinuidade por parte do Governo Federal de projetos nesta direção, a falta de interesse político, impactou negativamente no processo de melhoria da qualidade de vida da população carente digital e socialmente.

Das quatro unidades analisadas neste estudo, verificou-se que o processo de continuidade somente aconteceu em duas: a unidade vinculada à Universidade de Brasília, em Ceilândia, que inclusive concorreu ao Edital de 2010, sendo qualificada e a Unidade da ADAPTE, também em Ceilândia, também com parceria da Universidade de Brasília, que também que já possuía uma estrutura formada e que agregou valor quando da participação no Edital de 2005.

Um dos pontos chave para o melhor aproveitamento dos diversos programas para inclusão digital deveria ser a implantação de um sistema básico de acompanhamento e avaliação que viesse a dar uma visão geral da evolução da inclusão digital no país bem como dar rumos mais realistas e mais direcionados à população que realmente tem maior necessidade por estarem nas zonas de exclusão social.

A quantidade de projetos de inclusão digital existentes nos programas de Governo, listados neste estudo, fora as outras iniciativas existentes, e muitas delas desconhecidas dentro do estado, já permitem construir uma ou mais linhas de ação com foco mais direcionado a esta população notadamente carente.

Estas linhas de ação deverão ser analisadas sob a ótica das comunidades onde deverão ser implantadas e só após um estudo detalhado das necessidades e anseios do grupo comunitário, propor a implantação de uma UID ou dar suporte para a melhoria das já existentes.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Deste estudo podemos elencar algumas conclusões e recomendações que poderão dar suporte a um processo de análise sobre os modelos de inclusão digital utilizados e quais os pontos importantes a serem desenvolvidos e/ou aperfeiçoados visando um maior investimento de recursos financeiros e de maior envolvimento dos atores públicos e privados.

Verificamos que desde o início os programas de inclusão digital sofreram muitas modificações tanto de conceito, a proposta inicialmente tinha como foco principal a facilitação do acesso à Internet em telecentros montados e gerenciados por órgãos públicos, ou operacionais, os telecentros não possuíam monitores, bem como não tinham um esquema de desenvolvimento de cursos. Podemos concluir que a inclusão digital nesta linha não apresentou o resultado esperado pelos gestores dos programas. O projeto Casa Brasil gerou resultados positivos, pois no planejamento do edital e na distribuição de módulos diversos, existia o fator de envolvimento da comunidade com o intuito de implantar junto à inclusão digital, a inclusão social.

O envolvimento de Organizações Não Governamentais neste processo também é claramente verificado, por seu viés social na busca de melhor qualidade de vida para a população de baixa renda. O grande empecilho é a dificuldade de arrecadar recursos, sejam eles públicos ou privados, pois o retorno social ao qual está vinculada esta melhoria de qualidade de vida ainda não é contabilizado pelas parcerias públicas ou privadas na sua maioria.

O Casa Brasil como possibilidade de articulação e convergência para o desenvolvimento social pelo acesso a informação, conhecimentos, participação comunitária e redes sociais, tem dado melhores resultados se comparado aos demais programas de inclusão digital já implantados pelos governos federais, estaduais ou municipais, pois os mesmos não tem continuidade, visto que o envolvimento com as pessoas é muito tênue em função da descontinuidade do sistema político do País a cada quatro anos e as prioridades e acordos que estas mudanças provocam.

O Casa Brasil incentivou a valorização das identidades culturais da comunidade, incentivou o desenvolvimento educacional e abriu espaço para a realização de diagnóstico

dos problemas locais como eixos de ações e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população.

Tendo em vista a diversidade de ações realizadas e ao envolvimento maior da comunidade, as UID demonstraram ter maior capacidade de agregação destes valores sociais e culturais permitindo a promoção de mudanças em diversas áreas, tais como, educação, saúde e desenvolvimento social.

O aproveitamento da infraestrutura instalada de rede de informação e comunicação, bem como o desenvolvimento da capacitação de monitores do Casa Brasil, torna os investimentos em projetos deste formato menos oneroso, bem como incentiva a participação das parcerias mantendo assim o envolvimento já consolidado das comunidades.

Outro ponto importante que constava do edital e que acabou se confirmando e como já demonstrado anteriormente foi a abrangência nacional do Casa Brasil em localidades de alta concentração de pobreza e exclusão social, exemplos da Ceilândia e Itapoã no Distrito Federal, no complexo do Alemão, no Vigário Geral e São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em Picos no Piauí, em Rondônia, no Acre, etc., tornando as UID um ponto de referência para esta população que não tinha acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao mesmo tempo criando expectativas nessas comunidades de uma melhoria da qualidade de vida seja na facilitação do acesso à informação ou na formação técnica de pessoal nos cursos oferecidos pela unidade. Várias destas unidades mantem-se ativas até os dias de hoje, e apesar das grandes dificuldades, com grande envolvimento das comunidades.

Apesar da evolução das mídias digitais, tais como tablets, smartphones, computadores de baixo custo e acesso fácil à Internet, estudos recentes (Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC.br) e do Núcleo de Informação do Ponto BR (NIC.br), consideram que o acesso à Internet e a tecnologia da informação e comunicação continua concentrado nas classes altas e na zona urbana. Esta pesquisa identificou que apesar de mais da metade (51%) da população ter acessado a Internet nos últimos três meses de casa, do trabalho ou de locais públicos, 56% dos domicílios não possuem Internet.

Outro dado que vem reforçar este estudo, é que um total de 24,2 milhões de domicílios, com renda familiar de até dois salários mínimos, ainda não possuem conexão à web conforme dados da pesquisa do CETIC.br. O modelo de Inclusão Digital e Social Casa Brasil pode ser tornar uma referência para estes grupos excluídos digitalmente.

Com relação ao edital lançado em 2010, que pretendia ser uma fase mais adiantada e elaborada do Edital Casa Brasil de 2005, se aproveitando dos resultados da fase teste e procurando corrigir as falhas.

O que se verificou na realidade é que isto não aconteceu, não houve, na maior parte das propostas, aproveitamento destas experiências e de toda a infraestrutura existente nas unidades que fizeram parte da fase testes. Das cinquenta e seis UID avaliadas da fase teste como boas ou ótimas, nem 10% foram aproveitadas para compor com as instituições aprovadas pelo segundo edital. (Relatórios da Coordenação Nacional/INTI - 2010).

Os resultados advindos desta fase não tiveram as respostas sócio-culturais que se tinha em mente quando do envolvimento obrigatório das instituições de ensino visto que o direcionamento maior foi o da criação de um local avançado das próprias instituições com o envolvimento de alunos, mas com pouco aproveitamento das pessoas da comunidade que acabaram sendo somente atores passivos, sem condições de maiores mudanças de direcionamento das UID até porque existia a obrigatoriedade de resultados voltados para as linhas de ação definidas e cobradas pelas próprias instituições de ensino.

Considerando uma análise mais crítica quanto ao modelo proposto inicialmente pelo Programa Casa Brasil, modelo este replicado dos telecentros do Estado de São Paulo pelos gestores envolvidos no desenvolvimento do Programa Nacional, verificou-se que as mudanças ocorridas devido a evolução dos produtos e o desenvolvimento dos sistemas de acesso à internet modernos e mais amigáveis, levaram este modelo a ficar obsoleto, não mais se inserindo nas propostas e nos moldes atuais, pois os equipamentos utilizados à época que eram TINK CLIENTs, continham limitações quanto ao uso, ao acesso pela internet, na melhor das hipóteses eram a cabo, e a necessidade de locais físicos que permitissem a instalação de equipamentos que para os dias de hoje são ultrapassados e, somando-se a isto a dificuldade de manutenção destes mesmos equipamentos, que terminavam dificultando também o acesso da comunidade aos cursos que eram restritos ao espaço e quantidade de equipamentos.

Com a diminuição dos custos e tamanho dos equipamentos, e com a facilidade de acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação, por intermédio de equipamentos mais modernos como Tablets e Smartphones, além do acesso facilitado existe a possibilidade de criação de cursos presenciais com maior quantidade de participantes em espaço físico bem menor ou mesmo cursos online.

Do lado social não resta dúvida que um local para encontros e troca de experiências é muito importante, principalmente se analisarmos as relações interpessoais que aconteceram nas instalações físicas das UID que envolviam uma comunidade mais carente, aonde poderiam desenvolver atividades que difundissem suas identidades culturais.

BIBLIOGRAFIA

- BONILLA, Maria Helena Silveira, PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão Digital: Polêmica contemporânea**. EDUFBA, Salvador, 2011. v. 2.188p.
- BRANDÃO, Flávio Cruvinel et all. **Tecnologia Social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos. **REID: Rede de Extensão para Inclusão Digital: Parcerias entre Academia, Governo e Comunidade**. Relatório de Atividades, UnB/DEX/CEA, Brasília, 2010
- CASTELLS, Manuel. **End of Millennium, The Information Age: Economy, Society and Culture**. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, Vol. III, 1998, second edition, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 5ª. ed. Paz e Terra São Paulo , 1999. 617p.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1998, second edition, 2000.
- FALAVIGNA, Maurício Serrano. **Inclusão digital: Vivências brasileiras**. IPSO-Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, São Paulo, 2011.
- MOREIRA, Ildeu de Castro. **Inclusão Social**. Revista do IBICT, Vol. 1, No 2, Brasília, 2006.
- MENDES, Everton de Vasconcelos. **Inclusão Digital em Comunidades Carentes**. Artigo publicado em 25/05/2010.
- SILVA FILHO, Antônio. **Os Três Pilares da Inclusão Digital**. Revista Espaço Acadêmico, Ano III, Nº 23, Maio de 2003. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>>. Acesso em março de 2013.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de C, T&I, 16, 17 e 18 de novembro de 2005.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital: A miséria na era da informação**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

SORJ, B. **A Luta contra a Desigualdade na Sociedade da Informação.** Ed. Jorge Zahar, UNESCO, Rio de Janeiro, 2003.

SÁENZ, Tirso W., CAPOTE, Emílio Garcia. **Ciência, Inovação e Gestão Tecnológica.** CNI/IEL/SENAI, ABIPTI, Brasília, 2002.

VELHO, Léa. **Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação.** Revista Sociologias, ano 13, nº 26, jan./abr., Porto Alegre, 2011.

SITES CONSULTADOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Edital CNPq – 041/2005, Inclusão Digital, 2005. Disponível em:
<<http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2005/docs/041.pdf>>. Acesso em abril de 2013.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Edital MCT/CNPq Nº 49/2010 – REID/Casa Brasil, 2010. Disponível em <
<http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2010/docs/049.pdf>> Acesso em outubro de 2013.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Inclusão digital .Disponível em:<planejamento.gov.br/textos/livro4/4.6_Inclusao_Digital.pdf>. Acesso em maio de 2013.

Documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Disponível em :
<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/brasilpovocom-luta-contradesigualdade-na-sociedade-da-informa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em julho de 2013

Documento do Ministério das Comunicações, 2013

Rede Telecentro: disponível em:
(http://www.redetelecentro.com.br/portal/index.php?option=com_regiao&view=munici pio&ufa=DF&nma=BRASILIA). Acesso em agosto de 2013

UNESCO - TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO e INCLUSÃO.- V. I, n. 4, 2008

<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158505por.pdf>

Portal do MEC – sobre ponto de cultura. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/>

Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS). Disponível em : <http://www.rits.org.br>

Programa GESAC. Disponível em : <http://www.gesac.gov.br>

Banda Larga nas Escolas. Disponível em :
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15808:programa-banda-larga-nas-escolas&catid=193:seed-educacao-a-distancia

Casa Brasil. Disponível em: <http://www.casabrasil.gov.br/>. Acesso em outubro de 2013.

Computadores para Inclusão. Disponível em: <http://www.computadoresparainclusao.gov.br/>

Oficina para Inclusão Digital. Disponível em: <http://oficina.inclusaodigital.gov.br/>

Observatório de Inclusão Digital. Disponível em: <http://www.onid.org.br/portal>

Projeto Cidadão Conectado: Computador para Todos. Disponível em: <http://www.computadorparatodos.gov.br/>

Programa de Inclusão Social e Digital. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77601.html>

ProInfo Integrado. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13156:proinfo-integrado&catid=271:seed

Programa Telecentros Comunitários. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital-mc/Telecentros/>

Telecentros BR. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/Telecentros>

Territórios Digitais Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page_num=0

Um Computador por Aluno - <http://www.fnde.gov.br/index.php/laptops-educacionais>

Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl>

CETIC.br. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010/rel-geral-04.htm>

PONTO.br. Disponível em: <http://www.nic.br/index.shtml>

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Relatórios de projetos e de bolsistas, do CNPq sobre inclusão digital.

Relatório da Coordenação Nacional. 2007 e 2008.

Relatórios da Coordenação Nacional/INTI. 2010.

Plataforma Carlos Chagas / CNPq

Documentos e relatórios do CNPq. 2007 à 2010.

APÊNDICE A

Relato de algumas situações acontecidas e encaminhadas à Gestão do Projeto.

Bolsista que havia iniciado seu aprendizado em software livre e que após um período de 4 ou 5 meses recebeu um convite para trabalho em empresa da região, com salário muito maior que a bolsa. O coordenador da unidade relatou durante a entrevista que não era o que ele esperava, pois o bolsista estava realizando junto a comunidade assistida um trabalho de excelente qualidade.

A posição levantada junto ao coordenador foi a de que o que estávamos buscando nos projetos era exatamente isto, dar oportunidade aos bolsistas de terem uma formação de qualidade e também aos participantes dos cursos nas UID's, de terem a oportunidade de conseguirem seus primeiros empregos e se possível com bons salários. Isto acabou acontecendo em diversas unidades espalhadas pelo país, especialmente com os cursos de manutenção de computadores, onde os aprendizes acabavam por montar locais que atendessem as suas comunidades.

Outra situação ocorrida foi quando da inauguração de uma unidade em S.P., e o coordenador verificou que todos os equipamentos do Telecentro, computadores e impressora, havia sido roubados na noite anterior. O coordenador entrou em contato com a coordenação no CNPq, informando o fato e que não sabia o que poderia fazer, já que havia preparado uma festa de inauguração para apresentar à comunidade os módulos montados, em especial o Telecentro que era o mais esperado pela comunidade, pois achava que todo o esforço para a realização de uma expectativa da comunidade teria ido por água abaixo.

Sabíamos do esforço do responsável, principalmente por se tratar de uma região muito pobre e não havia palavras que pudesse consolá-lo, porém, uma solução que naquele momento me pareceu válida, fazer a inauguração, pois ela era uma maneira de congregação da comunidade e aproveitar o momento para relatar o ocorrido aos presentes, não como um pedido de desculpas pelo ocorrido mas para que eles divulgassem junto à comunidade em busca de apoio ao projeto.

Qual não foi a nossa surpresa quando alguns dias depois, o coordenador fez contato e informou que quase todos os equipamentos que tinham sido furtados foram encontrados dentro um veículo roubado e deixado na frente de uma delegacia de polícia da região. Deu-me a entender que os ladrões deveriam ser da mesma comunidade e que perceberam que possivelmente seus filhos ou parentes estariam sendo prejudicados pela ação realizada por

eles. Após este incidente, nenhum outro relato nesta monta foi relatado naquela comunidade.

Outros casos aconteceram que dariam um bom livro de estórias, porém, não é esta a proposta desta pesquisa.

APÊNDICE B

Questionário apresentado como roteiro para coleta de informações sobre as UID, objeto desta pesquisa.

1- DADOS DA UNIDADE

Título do Projeto:

Nome da Parceira Institucional:

Endereço:

Nome do Coordenador:

2- DADOS QUALITATIVOS POR MÓDULO

Apresentar para cada módulo implantado o que foi realizado em matéria de cursos, apresentações culturais, palestras, encontros comunitários, produtos finalizados (ex. quantos equipamentos) e, outras atividades que considera interessante. Descrever as atividades, se possível, por semestre.

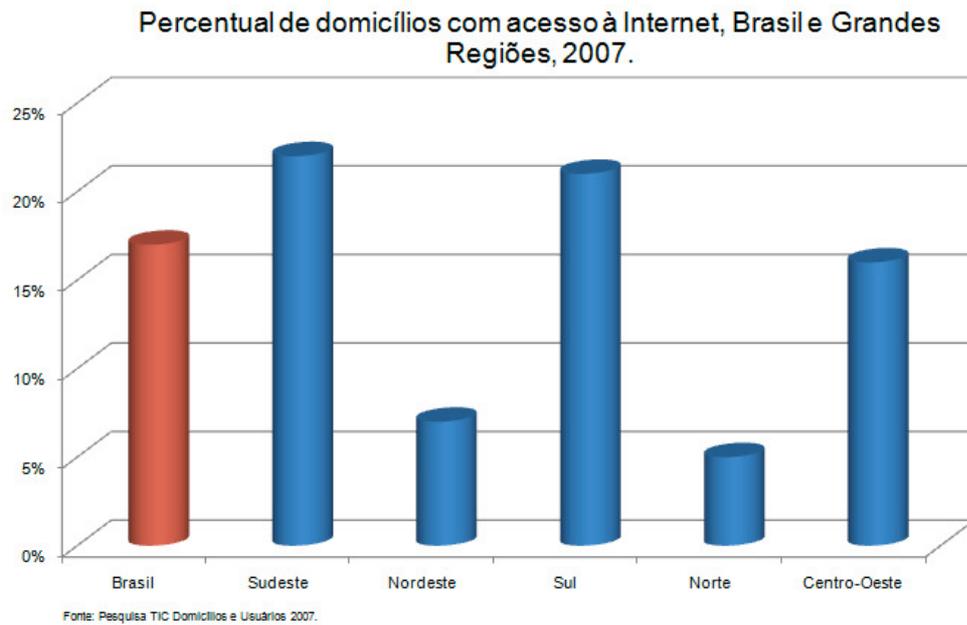
3- DADOS QUANTITATIVOS POR MÓDULO

Contabilizar todas as atividades realizadas por módulo e quantos participantes ou atividades foram realizadas. Contabilizar os números, se possível, por semestre.

- 4- Descrever quais foram os benefícios da implantação da Unidade com relação às expectativas da comunidade na qual foi inserida.
- 5- Descrever quais foram as dificuldades apresentadas desde a montagem da proposta para o Edital até a sua conclusão.
- 6- Descrever suas experiências na Unidade e o que seria importante para que o projeto tivesse prosseguimento.

APÊNDICE C

Dados que serviram de base para uma análise sobre necessidade da inclusão digital no País.



PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET

Percentual sobre o total de domicílios²

Percentual (%)		Sim	Não	Não sabe/ Não respondeu
TOTAL		40	60	0
ÁREA	Urbana	44	55	0
	Rural	10	90	0
REGIÃO	Sudeste	48	52	0
	Nordeste	27	73	0
	Sul	47	53	0
	Norte	21	79	0
	Centro-Oeste	39	61	0
RENDA FAMILIAR	Até 1 SM	7	93	0
	Mais de 1 SM até 2 SM	22	78	0
	Mais de 2 SM até 3 SM	49	51	1
	Mais de 3 SM até 5 SM	67	32	0
	Mais de 5 SM até 10 SM	83	17	0
	Mais de 10 SM	91	9	0
CLASSE SOCIAL	A	97	3	0
	B	78	22	0
	C	36	63	0
	D e E	6	94	0

¹ Excluindo-se o acesso via telefone celular no domicílio.

² Base: 61,3 milhões de domicílios. Dados coletados entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013.

Fonte: NIC.br - out/2012 a fev /2013

Site: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/>